Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2022 | Nº 25.155 | Preço banca: R$ 3,50

Consumo nos lares brasileiros cresce 2,59% no trimestre

O consumo nos lares brasileiros aumentou 2,59% no primeiro trimestre do ano, de acordo com o Índice Nacional de Consumo dos Lares Brasileiros da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), divulgado na quinta-feira (12) pela entidade. A maior variação do consumo do trimestre foi registrada em março, com alta de 6,58% na comparação com fevereiro. Em relação a março de 2021, a alta é de 2,41%.

"O primeiro trimestre foi marcado pela busca de lojas que operam com preços menores e pela compra de abastecimento concentrada nas semanas próximas do recebimento do salário. Por ora, troca de marca, substituição de produtos, busca por embalagens de melhor custo-benefício e por marcas próprias se mantêm acentuadas para compor a cesta de abastecimento", explicou o vice-presidente da Abras, Marcio Milan.

Segundo Milan, a pesquisa mostrou ainda que as pessoas voltaram a reduzir o consumo fora de casa, cortando supérfluos para fazer o abastecimento com a renda, que está mais restrita. Além disso, reduziram-se as idas aos pontos de venda, com compras mais planejadas, aproveitando o momento de recebimento do salário.

"Os consumidores estão buscando diversificar os canais de compra. Temos visto as compras online crescendo, porque o consumidor busca um maior benefício. Página 3

Programa Nome Limpo oferece R$ 100 mi em crédito a juro zero para empresas de SP

Página 2

Anvisa autoriza serviço de bordo e mantém uso de máscaras em voos

Página 10

Casos de SRAG continuam crescendo entre adultos, diz Fiocruz

O boletim Infogripe divulgado na quinta-feira (12) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostra indícios de crescimento dos casos de Síndrome Respiratória Aguda (SRAG) entre a população adulta em diversos estados do Brasil. Os dados mostram que a covid-19 é a principal causa do aumento.

O informativo refere-se ao período de 1º a 7 de maio e tem como base os dados inseridos no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) até o dia 9 deste mês.

O novo boletim mostra que continua a tendência de aumento de casos apontada no último relatório, divulgado na semana passada. A estimativa é de 5 mil casos, em média, na primeira semana de maio, número superior aos 4,7 mil casos da última semana de abril.

Segundo o boletim, no geral, a maior parte dos casos, o que corresponde a 41,2% dos vírus testados, é de vírus sincicial respiratório (VSR), que está fundamentalmente restrito a crianças pequenas. Entre os adultos, predomina o Sars-CoV-2, causador da covid-19, que corresponde a 37% do total de casos.

O Infogripe mostra ainda que entre as mortes, a causa que prevalece é a covid-19 (81,6% dos casos); em seguida, o VSR (8,5%), a Influenza A (2,8%) e a Influenza B (0,7%). (Agencia Brasil)

Vendas de motocicletas sobem 14% em abril, na comparação com 2021

Foto/Arquivo/ABr

Página 3

Serviços crescem 1,7% de fevereiro para março, diz IBGE

Página 3

STF reconhece licença de 180 dias para servidor federal pai solo

Página 10

Débito do IPTU de 2021 pode ser regularizado em até 60 meses

Página 2

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.

23º C
15º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,15
Venda: 5,15

Turismo
Compra: 5,28
Venda: 5,35

EURO

Compra: 5,34
Venda: 5,34

Esporte

Uberlândia recebe etapa final do Circuito Sul-Americano 21/22 de vôlei de praia

No Circuito Sul-Americano de vôlei de praia, as duplas representam seus países na corrida pelo título. E após seis etapas, o Brasil chega à disputa final com chance de festa dupla: é líder do ranking feminino e segundo no masculino, atrás da Argentina. A etapa que define a temporada 2021/2022 começou na quinta-feira (12), no Praia Clube, em Uberlândia, e o Brasil tem quatro representantes: George/André Stein e Elize Maia/Thâmela, convocados pela CBV, e Ana Patricia/Duda e Bruno Schmidt/Saymon, que competem como convidados da Confederação Sul-Americana. Pela regra da competição, apenas a dupla com melhor desempenho na etapa soma pontos para o país. O sportv 2 transmite as semifinais e as finais no sábado (14).

"Sabemos que é uma etapa importante, porque define o campeão da temporada. Conquistar esse título para o Brasil é fundamental e, além disso, jogaremos diante da nossa torcida, o que é sempre legal. Estamos bem animados", diz André - sua parceria com George e a dupla Elize Maia/Thâmela foram convocadas pela CBV para a etapa final por serem as mais bem ranqueadas no Circuito Brasileiro entre as de melhor desempenho no Circuito Sul-Americano. George e André foram campeões na primeira etapa, em Santiago (CHI); e Elize e Thâmela ganharam a quinta etapa, em Mollendo (PER), e foram bronze em Santiago.

Ao todo, o Brasil conquistou nove pódios na temporada. Além das medalhas das duplas que disputam a etapa final, Adrielson e Arthur Mariano ganharam o ouro na segunda etapa, em San Juan (ARG); e Ângela e Neide venceram a terceira etapa, em Montevidéu (URU); Na quarta parada do Circuito, em Viña del Mar (CHI), Tainá e Victoria ganharam o título, e Bruno Schmidt/Saymon, o bronze. Vitor Felipe e Renato ficaram com a prata em Mollendo (PER), mesma colocação de Josi Alves e Carol Goerl em Cochabamba (BOL).

Foto/ Foto/ William Lucas

Elize *e Thâmela estão nas quartas de final*

Além de consagrar os campeões do Circuito Sul-Americano 21/22, a etapa final em Uberlândia também conta pontos para as o ranking que define os participantes do Campeonato Mundial de Roma, principal competição de vôlei de praia da temporada, que acontece de 10 a 19 de junho. Cada país classifica até quatro duplas de cada gênero que estiverem entre as 25 primeiras do ranking Federação Internacional no próximo dia 23. O Banco do Brasil é o patrocinador oficial do voleibol brasileiro.

Letícia Lima é rainha do Troféu Norte-Nordeste Adulto de Atletismo

A piauiense Letícia Maria Nonato Lima (CT Maranhão-MA), nascida em Teresina, que fica a apenas 5 km de Timon, onde vive no Maranhão, é uma das atrações do Troféu Norte-Nordeste Professor Manoel Trajano Loterias Caixa Adulto de Atletismo, que será disputado neste sábado e domingo (dias 14 e 15/5), na pista da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife.

A atleta de 21 anos, ganhadora da medalha de bronze nos 200 m dos Jogos Olímpicos da Juventude de Buenos Aires-2018, já foi eleita o destaque do Troféu Norte-Nordeste diversas vezes, entre categorias de base e adulto.

"Meu objetivo é sair mais uma vez como o destaque da competição e ajudar o Maranhão. Treino muito e espero corresponder nos 100 m e nos 200 m", disse a atleta, treinada pelo professor Antônio Nilson de Sousa.

Em 2021, por exemplo, em São Luís, Letícia venceu os 200 m com 23.82 (0.7), recorde do campeonato (melhorou sua própria marca, de 23.85, de 2018), e ainda levou mais uma medalha de ouro no revezamento 4x400 m do Maranhão, com Joelma das Neves Sousa, Ana Carolina Azevedo e Geisa Coutinho, com o tempo de 3:51.16.

Em 2020, em Recife, Letícia Lima, eleita pela terceira vez a melhor atleta do Norte-Nordeste, quando ainda representava o Ceará, venceu os 100 m, 200 m e 400 m, além de integrar o revezamento campeão do 4x100 m.

Única mulher brasileira a subir no pódio de uma prova de atletismo dos Jogos Olímpicos da Juventude, competição dedicada a jovens de até 17 anos, participou ainda do Mundial Sub-18, realizado em 2017, em Nairóbi, Quênia, e no Mundial Sub-20 de Tampere, em 2018, na Finlândia.

O treinador Antônio Nilson descobriu o potencial de Letícia, quando a menina de 12 anos venceu a prova de sua categoria na Maratoninha Caixa, em Timon, a terceira cidade mais populosa do Maranhão. "Fazia balé e soube da competição, que daria uma bicicleta de presente. Fiz alguns treinamentos, na verdade mais brincadeiras, ações lúdicas e acabei ganhando. O treinador foi conversar com minha mãe, Alexandra, e disse que eu era um 'diamante' que precisava ser lapidado. Acabei indo treinar e logo nas minhas primeiras competições venci o Brasileiro Sub-16 e depois foi disputar um Sul-Americano."

O tradicional Troféu Norte-Nordeste reunirá 262 atletas de 14 Estados e dois convidados de Santa Catarina. Pernambuco, sede da competição, e Rio Grande do Norte inscreveram 36 atletas cada um – o maior número por Estado.

A NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro para a saúde integral dos atletas e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

SP monitora seis crianças internadas com sintomas de hepatite aguda

O secretário de Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn, disse na quinta-feira, (12) que o estado monitora seis possíveis casos de hepatite aguda grave em crianças. Segundo ele, as crianças estão internadas - quatro no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), uma no Hospital Menino Jesus e uma em Guarulhos.

"Estamos acompanhando e aguardando os exames que possam elucidar. O que sabemos é que é um quadro de hepatite aguda e tem característica viral. Os exames que foram realizados não fizeram nenhum identificação dos vírus habituais de hepatites A, B ou C. Sabemos que há outras hepatites e outros exames estão sendo realizados para que tenhamos, o mais rápido possível, resposta para a nossa população", disse.

Durante coletiva de imprensa, o secretário adiantou que as crianças estão clinicamente estáveis. "Nenhuma delas necessitou de internação em unidade de terapia intensiva", completou ele. De acordo com Gorinchteyn, pais e demais pessoas que tiveram contato com os pacientes não apresentaram sintomas da doença.

Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde informou que monitora 28 casos suspeitos em todo o país de um tipo de hepatite aguda infantil de origem desconhecida. "Os casos seguem em investigação. Os centros de informações estratégicas de Vigilância em Saúde e a Rede Nacional de Vigilância Hospitalar monitoram qualquer alteração do perfil epidemiológico, bem como casos suspeitos da doença", destacou a pasta em comunicado. (Agência Brasil)

Em São Paulo, Fundação Pró-Sangue pede doações com urgência

A Fundação Pró-Sangue está pedindo que a população com tipo sanguíneo RH negativo doe sangue ainda esta semana com urgência. A doação é voluntária e serve para abastecer mais de 80 instituições de saúde. O estoque é utilizado para o tratamento de pacientes que dependem regularmente de transfusão de sangue.

De acordo com a fundação, a situação atual é preocupante, já que o total disponível de bolsas corresponde a 31% do necessário em estoque - no caso do tipo sanguíneo O positivo, há 5% do necessário em estoque e do O negativo, 10%. Com relação ao A negativo, há 21% do necessário em estoque e o B negativo, 36%.

"Apesar de os sangues negativos estarem com o estoque em emergência, todos os tipos sanguíneos são necessários. Ainda há muitas vagas livres para doar nessa semana", diz a fundação.

Para fazer a doação é preciso fazer agendamento pela internet. Para mais informações, basta entrar no site ou ligar para o Alô Pró-Sangue 11 4573-7800. (Agência Brasil)

Programa Nome Limpo oferece R$ 100 mi em crédito a juro zero para empresas de SP

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, oferece R$ 100 milhões em crédito para negativados durante a pandemia da Covid-19 com o programa Nome Limpo. A iniciativa já está em operação no estado de São Paulo e tem como objetivo ajudar empresas afetadas pelas restrições geradas pela crise do coronavírus.

Lançado neste ano, a iniciativa visa facilitar a regularização da situação de empresários negativados junto aos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e Serasa. Empresários podem solicitar crédito de R$ 100 a R$ 5 mil reais com até 180 dias para iniciar o pagamento da 1ª parcela e 24 meses para quitação do crédito.

"Acompanhando os impactos da pandemia em nossa economia, entendemos que muitos empreendedores estavam com o nome sujo, por não conseguirem pagar pequenas dívidas, essenciais para os seus negócios. O Programa Nome Limpo foi criado para atender essa demanda e garantir que os empreendedores de São Paulo possam voltar a abrir seus negócios e continuem a crescer", destacou Marina Bragante, secretária executiva, respondendo pelo expediente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Por meio do Banco do Povo, o crédito será concedido a pessoas jurídicas qualificadas como MEI (Microeemprendedor Individual), ME (Micro Empresa), Eireli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) ou LTDA (sociedade limitada) que se endividaram durante a pandemia e não conseguiram quitar os pagamentos e por conta disso, foram negativados.

Condições para os empréstimos:

Residentes do estado de São Paulo

Ter dívida contraída a partir de março de 2020

Ter realizado curso de qualificação empreendedora

Apresentar plano de recuperação

Possuir documento comprobatório emitido por órgãos de defesa do consumidor

Para solicitar a linha de crédito, os interessados devem comparecer à unidade do Banco do Povo de seu município, local onde o CNPJ está registrado.

O Banco do Povo Paulista (BPP) está presente em todo estado de SP, sendo que mais de 500 municípios operam a política de microcrédito descentralizada. O BPP desembolsou no ano passado R$ 315,7 milhões em mais de 19 mil operações. Para este ano, a meta é atingir R$ 378 milhões e atingir um número ainda maior, superando 30 mil empreendedores em todo o estado.

Sobre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico exerce papel fundamental para atrair investimentos ao Estado, fomentar o empreendedorismo com foco na geração de emprego e renda e incentivar a inovação tecnológica.

Além disso, oferece qualificação profissional para atender as demandas atuais e futuras do mercado de trabalho. Entre os principais programas da pasta destacam-se o Bolsa Trabalho, Bolsa Empreendedor, IdeiaGov, Banco do Povo, Empreenda Rápido e Minha Chance.

No total, são 11 órgãos vinculados à secretaria, como o Centro Paula Souza, Instituto de Pesquisas Tecnológicos (IPT), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e Universidade de São Paulo (USP).

Débito do IPTU de 2021 pode ser regularizado em até 60 meses

Os munícipes que não quitaram as parcelas do IPTU de 2021 podem regularizar a situação junto à Prefeitura de São Paulo em até 60 meses, dependendo do valor da dívida. As parcelas são corrigidas pelo IPCA e acrescidas de juros de 1% ao mês. Para realizar o parcelamento, é obrigatório que todos os débitos em aberto sejam incluídos.

No portal "dividaativa.prefeitura.sp.gov.br" as pessoas consultam a sua situação e encontram as opções de pagamento à vista ou parcelamento. O próprio site indicará o número máximo de parcelas. Os débitos até R$ 171 mil podem ser parcelados em até 36 vezes, desde que o valor mínimo de cada seja de R$154,00. Acima deste valor, as dívidas podem ser quitadas em até 60 vezes, desde que a prestação mensal seja de R$ 4.600,00.

Até junho deste ano, o Departamento Fiscal enviará avisos aos munícipes sobre sua situação irregular. A carta tem orientações e um boleto para o pagamento do IPTU de 2021 à vista.

É preciso ter cuidado com fraudes e ficar atento no momento de pagamento para verificar se o beneficiário que aparece é mesmo a Prefeitura - em qualquer caso de dúvida, é possível acessar o portal e emitir um novo boleto à vista.

Sabesp patrocina exposição de Maureen Bisilliat no Memorial da América Latina

Como parte do objetivo de fomentar a cultura, a Sabesp patrocina a exposição No Escuro, é Permitido Sorrir, que foi inaugurada no dia 30 de abril no Memorial da América Latina, em São Paulo. A mostra pode ser visitada no Espaço Gabo, ao lado do Pavilhão da Criatividade, até o dia 30 de junho.

A exposição da artista Maureen Bisilliat traz imagens extraídas dos filmes Andanças e Jequitinhonha: a Última Viagem. Os vídeos registram as viagens que a artista e seu companheiro Jacques Bisilliat fizeram por países latino-americanos e pela região do Vale do Jequitinhonha, em Minas.

Inglesa naturalizada brasileira, Maureen se mudou para o Brasil nos anos 1950. Integrou a famosa revista Realidade e é hoje referência internacional na fotografia documental. Desde 2003, sua obra completa faz parte do acervo do Instituto Moreira Salles.

"Para a Sabesp, o apoio à cultura é fundamental e transforma o futuro do Brasil e dos brasileiros. Por isso, são feitos, todos os anos, investimentos em projetos importantes como este do Memorial da América Latina", afirma o diretor-presidente da Sabesp, Benedito Braga.

Somente em 2021, a Companhia investiu em mais de 100 projetos que valorizam a cultura, a educação, o esporte, a saúde e a cidadania.

SP nomeia David Uip como secretário de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

O governador Rodrigo Garcia nomeou na quinta-feira (12) o médico infectologista David Uip como secretário de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde. Ele será responsável por integrar as ações de vigilância epidemiológica, assistência, pesquisa, ensino e produção de novas vacinas e de medicamentos para combate a doenças infecciosas. O decreto com a nomeação será publicado na sexta-feira (13), no Diário Oficial do Estado.

"Hoje é um dia especial para São Paulo. É o dia em que eu anuncio a entrada no nosso secretariado do nosso novo secretário de Estado, dr. David Uip. Em nome da população, agradecer o dr. David Uip pela colaboração voluntária que deu à população de São Paulo iniciando, coordenando e instituindo o Centro de Contingência no início do período da pandemia de Covid-19. Com base nessa experiência e na história de vida, eu o convidei para que pudesse incorporar a nossa equipe do Governo de São Paulo como novo secretário de Estado" disse Rodrigo Garcia.

Com a nomeação de David Uip, o Governo de São Paulo contará com uma interface entre as instituições que atuam em pesquisa, inovação, na previsão de novas pandemias e epidemias, na estruturação para o seu enfrentamento e na tomada de decisões.

Entre as atribuições está a integração das ações e projetos do Instituto Butantan, Instituto de Saúde, USP (Unidade de São Paulo), Unicamp (Unidade Estadual de Campinas), Unesp (Universidade Estadual Paulista), Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), Famema (Faculdade de Medicina de Marília), SIMI (Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente), Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), IDEA-GOV (Hub de Inovação do Governo de São Paulo), FURP (Fundação para o Remédio Popular), FUNCET (Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e FAMERP (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto).

O Comitê Científico, que prestou aconselhamento às decisões tomada s pelo Governo de São Paulo durante a pandemia da COVID-19, também fica incorporado à nova estrutura, e será ampliado, com o objetivo de desenvolver políticas públicas em vigilância epidemiológica e de saúde do Estado. Com essa nova estrutura será possível alinhar os protocolos de vigilância, assistência, prospecção de novas vacinas, produção de medicamentos e parceria com outras instituições na área de pesquisa e ensino – público e privado.

"Teremos uma rede estratégica de soluções em saúde que permitirá a otimização de instituições de reconhecida excelência, mas que hoje possuem atuação isolada e sem coordenação única contra pandemias, epidemias e combate às doenças infecciosas. Isso permitirá oferecer vigilância de alta performance, aliada a uma rede de pesquisa e de laboratórios de saúde pública, ensino e produção de medicamentos e vacinas que proporcione a disseminação das melhores práticas. Ciência e prática se unem em benefício da população", declarou David Uip.

Ele destaca que a nova estrutura do Governo de São Paulo promoverá o reposicionamento de órgãos que já exercem importante papel no combate a pandemias e epidemias, o que irá viabilizar a potencialização de suas ações e o aprofundamento de suas capacidades.

Segundo Uip, a vinculação do Butantan a esse novo formato permitirá soluções em vigilância epidemiológica, diagnósticos laboratoriais em saúde pública e privada, apoio aos municípios e suporte à pesquisa e ensino na área de combate às epidemias.

David Uip é formado pela Faculdade de Medicina do ABC (atual Centro Universitário FMABC), em Santo André, com especialização – mestrado e doutorado – em Moléstias Infecciosas e Parasitárias pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. É também professor livre-docente da FMUSP.

Foi diretor da Casa da Aids do HCFMUSP, diretor-executivo do Incor (Instituto do Coração), diretor-técnico do Instituto de Infectologia Emílio Ribas e secretário de Estado da Saúde. Para assumir a nova secretaria, Uip se licencia temporariamente do cargo de reitor do Centro Universitário de Medicina do ABC.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Neste 13 (maio), nossa homenagem ao falecido cantor-vereador Timóteo, por tudo o que representou pra comunidade preta-negra

°

PREFEITURA (São Paulo)
Faltando 5 dias por 1º ano no cargo, Ricardo Nunes (MDB) elogia a ex-vereadora Soninha pra construir 'camping' pra gente nas ruas

°

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Será que a católica e deputada Janaína negará ao PRTB os votos suficientes pra elegê-la e levar mais 2 pra Câmara Federal em 2023 ?

°

GOVERNO (São Paulo)
Rodrigo (PSDB) tá resgatando de volta o médico e professor David Uip, pra criada Secretaria de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento

°

CONGRESSO (Brasil)
Tem muitos deputados e senadores comemorando que somente quem confessar seu crime será enquadrado na Lei da Improbidade

°

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Elon Musk reabilitando o conservador Trump (USA) no @Twitter, tem tudo a ver com a não censura prévia ao conservador Bolsonaro

°

PARTIDOS
Marketing do PT começa a ficar bastante preocupado com o fato do Lula voltar a falar fora do roteiro escrito. O bicho já tá pegando

°

(Brasil)
... No Podemos, a piada pronta é que com a dívida - no marketing - deixada pelo Moro, a legenda pode ser chamada de 'perdemos'

°

HISTÓRIAS
Dizer que rolou o 1º caso de Covid-19 na ditadura da Coréia do Norte, é pior que dizer que nunca houve 1 caso em mais de 2 anos

°

ANO 30
Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) de coluna cesarneto.com virou referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

°

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @CesarNetoReal

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Consumo nos lares brasileiros cresce 2,59% no trimestre

O consumo nos lares brasileiros aumentou 2,59% no primeiro trimestre do ano, de acordo com o Índice Nacional de Consumo dos Lares Brasileiros da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), divulgado na quinta-feira (12) pela entidade. A maior variação do consumo do trimestre foi registrada em março, com alta de 6,58% na comparação com fevereiro. Em relação à março de 2021, a alta é de 2,41%.

"O primeiro trimestre foi marcado pela busca de lojas que operam com preços menores e pela compra de abastecimento concentrada nas semanas próximas do recebimento do salário. Por ora, troca de marca, substituição de produtos, busca por embalagens de melhor custo-benefício e por marcas próprias se mantêm acentuadas para compor a cesta de abastecimento", explicou o vice-presidente da Abras, Marcio Milan.

Segundo Milan, a pesquisa mostrou ainda que as pessoas voltaram a reduzir o consumo fora de casa, cortando supérfluos para fazer o abastecimento com a renda, que está mais restrita. Além disso, reduziram-se as idas aos pontos de venda, com compras mais planejadas, aproveitando o momento de recebimento do salário.

"Os consumidores estão buscando diversificar os canais de compra. Temos visto as compras online crescendo, porque o consumidor busca um maior benefício. Além disso, buscam por embalagem com preço menor ou pelo desconto família, troca as marcas que utiliza por outras mais baratas, raciocina melhor no momento da compra e também buscam produtos com marca própria da rede."

De acordo com os dados, a cesta Abrasmercado composta por 35 produtos de largo consumo acumula alta no primeiro trimestre do ano de 5,11%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Em março, a cesta registrou alta de 2,40% e passou de R$ 719,06 em fevereiro para R$ 736,34 em março. Em 12 meses, a alta foi de 15,45%.

Pressão inflacionária

"O aumento se deve à pressão inflacionária puxada pelo repasse dos custos de produção na cadeia de alimentos, especialmente pelo aumento do preço do óleo diesel, que impacta o frete na logística dos produtos", ressaltou a Abras.

Os alimentos mais impactados pelo aumento foram o tomate (27,22%), a cebola (10,55%), o leite longa vida (9,34%), o óleo de soja (8,99%) e o ovo (7,08%). As maiores quedas foram registradas nos preços do pernil (-0,51%), do açúcar refinado (-0,13%) e da carne traseira (-0,07%).

A região Sul obteve a maior variação no preço médio e teve a cesta mais cara dentre todas as regiões, com alta de 3,38%, ao passar de R$ 787,85 em fevereiro para R$ 814,48 em março. A região Sudeste registrou a segunda maior variação no preço da cesta, alta de 3,16%, passando de R$ 700,00 em fevereiro para R$ 722,14 em março.

Nas outras regiões, as variações no preço da cesta em março na comparação com fevereiro foram respectivamente: Nordeste (1,93%), Norte (1,84%), Centro-Oeste (1,58%). (Agencia Brasil)

Vendas de motocicletas sobem 14% em abril, na comparação com 2021

O Brasil vendeu 94.654 unidades de motocicletas novas no varejo, em abril. O resultado é 2,1% menor do que o registrado em março, mas 13,8% superior ao total comercializado em abril do ano passado. No acumulado do ano, as vendas totalizaram 382.380 unidades, 27,4% a mais do que no mesmo período de 2021. Os dados, divulgados na quinta-feira (12), são da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

"O aumento das vendas é um movimento que começou com a pandemia. Muitas pessoas optaram pela motocicleta para fugir da aglomeração do transporte público e para utilizá-la como instrumento de trabalho, atuando nos serviços de entrega. Mais recentemente, há aquelas que escolheram o modal para driblar a alta constante nos preços dos combustíveis", destacou o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.

A produção da indústria de motocicletas fechou o mês de abril com 112.678 motocicletas fabricadas, o que representa uma retração de 7,8% em relação ao mesmo mês de 2021. Em comparação a março, houve queda de 17,4%. No acumulado do primeiro quadrimestre, a produção foi de 439.817 unidades, volume 22,3% superior ao registrado no mesmo período do ano passado.

Exportações

O volume de motocicletas exportado em abril foi praticamente o mesmo do registrado em março: os embarques somaram 3.946 motocicletas, duas unidades a mais do que o mês anterior. Em relação a abril de 2021, quando foram enviadas 4.276 motocicletas para o mercado externo, o segmento registrou queda de 7,7%.

Nos quatro primeiros meses de 2022, as exportações totalizaram 14.533 unidades, o que corresponde a uma retração de 16,7% na comparação com o mesmo período do ano passado. (Agencia Brasil)

Serviços crescem 1,7% de fevereiro para março, diz IBGE

O volume de serviços no país cresceu 1,7% em março, na comparação com o mês anterior. Com esse resultado, que é a segunda alta consecutiva do indicador, o setor atingiu o maior patamar desde maio de 2015.

Os serviços também estão 7,2% acima do patamar de fevereiro de 2020, ou seja, do período pré-pandemia de covid-19. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com março de 2021, o setor registrou alta de 11,4%. No acumulado do ano, o setor cresceu 9,4% e, no acumulado de 12 meses, alta de 13,6%.

A receita nominal dos serviços cresceu 1,2% na comparação com fevereiro deste ano, 17,9% em relação a março do ano passado, 15,4% no acumulado do ano e 18,2% no acumulado de 12 meses.

A alta de 1,7% do volume de serviços em março foi acompanhada pelas cinco atividades pesquisadas pelo IBGE, com destaque para os transportes (2,7%).

Segundo o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, os segmentos que mais influenciaram a alta dessa atividade estão os transportes rodoviário de cargas e aéreo de passageiros.

"Dentre os setores que mais influenciaram a alta dessa atividade está o rodoviário de cargas, especialmente o vinculado ao comércio eletrônico e ao agronegócio. É a principal modalidade de transporte de carga pelas cidades brasileiras e seu uso ficou ainda mais acentuado após os meses mais cruciais da pandemia. Outra influência foi o transporte aéreo de passageiro, não só por conta do aumento do fluxo de passageiros, o que gerou maiores receitas das companhias aéreas, mas também porque foi ajudado pela queda do preço das passagens aéreas observadas no mês de março", explicou.

As demais atividades apresentaram as seguintes taxas de crescimento: informação e comunicação (1,7%), profissionais, administrativos e complementares (1,5%), prestados às famílias (2,4%) e outros serviços (1,6%).

Turismo

As atividades turísticas também cresceram em todas as bases de comparação: 4,5%, em relação a fevereiro; 75,6%, em relação a março do ano passado; e 42,2%, no acumulado do ano. (Agencia Brasil)

Senado aprova MP que prorroga incentivo fiscal à exportação

O Senado aprovou na quinta-feira (12) a Medida Provisória (MP) 1.079/2021, que prorroga por mais um ano o prazo do regime aduaneiro especial de drawback, um incentivo fiscal à exportação dado às empresas quando compram matérias-primas e mercadorias para o processo produtivo. A matéria vai à sanção presidencial.

Os prazos já tinham sido prorrogados uma vez. Desta vez, a justificativa do governo é que os efeitos econômicos da pandemia de covid-19 sobre a cadeia produtiva ainda persistem e isso poderia prejudicar as empresas exportadoras que não conseguiram vender efetivamente seus produtos devido à queda de demanda.

O texto permite a prorrogação para os atos de concessão que finalizem nos anos de 2021 e 2022 e determina que a partir de 1º de janeiro de 2023 serão isentas do pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) as cargas com mercadorias importadas sob o regime de drawback.

Benefício

O drawback é um sistema pelo qual a empresa exportadora conta com isenção, suspensão ou redução a zero de alíquotas de tributos incidentes sobre mercadorias, insumos e produtos usados na fabricação de outro produto a ser exportado.

Para contar com o benefício, que abrange tributos como Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS e Cofins, a empresa precisa se habilitar na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, responsável pela concessão do drawback, que define um prazo para a exportação ser efetivada, sob pena de pagamento dos tributos devidos. (Agencia Brasil)

Abate de frangos cai, mas o de suínos e bovinos sobe no 1º trimestre

O abate de frangos caiu 1,8% no primeiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Na direção contrária, o de bovinos subiu 4,7% e o de suínos, 7,2%.

Os números constam dos dados preliminares da Estatística da Produção Pecuária, pesquisa divulgada na quinta-feira (12), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados completos para o primeiro trimestre de 2022 serão divulgados em 8 de junho.

Os dados preliminares indicam, ainda, que as cabeças de bovinos abatidas no trimestre somam 6,91 milhões. Já as de suínos alcançaram 13,64 milhões e as de frangos, 1,54 bilhão de cabeças.

Segundo o IBGE, se comparado ao último trimestre do ano passado, o abate de frangos cresceu 0,1%. Na mesma comparação, o abate de bovinos avançou percentual semelhante, enquanto o de suínos teve alta de 2%.

O total de bovinos abatidos no primeiro trimestre deste ano indica, no resultado preliminar, uma produção de 1,82 milhão de toneladas de carcaças, o que significa elevação de 5,2% em relação ao mesmo período de 2021. Apesar disso, há redução de 4,5% se comparado com o último trimestre do mesmo ano.

O peso acumulado das carcaças de suínos chegou a 1,24 milhão de toneladas, representando alta de 6,7% em relação ao primeiro trimestre do ano passado e de 1,8% ao quarto trimestre de 2021.

Nas carcaças de frango o peso acumulado ficou em 3,76 milhões de toneladas. Na comparação anual, representa avanço de 2,4%, e acréscimo de 1,9% frente ao último trimestre de 2021.

Ovos e leite

A compra de leite cru por estabelecimentos que funcionam sob inspeção sanitária municipal, estadual ou federal alcançou 5,88 bilhões de litros no primeiro trimestre de 2022, o que significa queda de 10,5% frente ao mesmo período do ano anterior, e recuo de 8,9% na comparação com o quarto trimestre de 2021.

A produção de ovos de galinha somou 963,82 milhões de dúzias. É um recuo de 2,3% na comparação anual e de 2,8% na trimestral.

Curtumes

Segundo a mesma pesquisa, os curtumes que fazem o curtimento de, pelo menos, cinco mil unidades inteiras de couro cru bovino por ano declararam ter recebido 7,08 milhões de peças inteiras de couro cru no primeiro trimestre deste ano. "Essa quantidade foi 0,2% menor na comparação com o mesmo período de 2021 e 1,9% menor do que a registrada no último trimestre do ano passado", informou o IBGE. (Agencia Brasil)

Safra de grãos deve subir 6,4% em 2022, estima Conab

A safra de grãos brasileira 2021/2022 deve alcançar 271,8 milhões de toneladas, um aumento de 6,4% na comparação com o ciclo anterior, informou na quinta-feira (12) a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A estimativa, que faz parte do 8º levantamento da safra divulgado pela empresa, aponta ainda um ganho de 2,5 milhões de toneladas quando comparado com a estimativa publicada no mês anterior.

Segundo a Conab, essa melhora na produção é explicada pela maior área plantada de milho de segunda safra, além do melhor desenvolvimento no final do ciclo das lavouras, sobretudo de arroz, milho e soja.

"Em final de abril, as culturas de primeira safra, estavam com a colheita praticamente finalizada, as de segunda safra, desde a fase de crescimento até o processo de colheita e as de terceira safra juntamente com as culturas de inverno, em fase inicial de plantio. Portanto, o resultado final do volume desta safra ainda depende do comportamento climático, fator preponderante para o desenvolvimento das culturas", diz o levantamento.

A empresa informou que para o milho é esperada uma produção total 116,19 milhões de toneladas, elevação de 33,4% em comparação com a safra 2020/21. O levantamento mostra que a janela mais alongada para plantio da segunda safra somada às condições de mercado favoreceram o crescimento de área do cereal.

Em relação ao arroz, a produção será menor ao que foi produzido na safra passada. A queda estimada é de 9,1%. Com isso a safra deve ficar em 10,7 milhões de toneladas, das quais 9,9 milhões são de cultivo irrigado e 0,8 milhões com o plantio sequeiro.

Segundo a Conab, a soja também terá uma queda na produção, estimada em 123,8 milhões de toneladas, uma redução de 10,4% em relação à safra anterior.

Já as safras de feijão e de algodão terão aumento em relação à safra anterior. Na de feijão, a Conab estima alta de 8,14% em relação à safra anterior, com a produção ficando em 3,14 milhões.

A safra de algodão deve subir 19,5%, favorecida, em parte, pelas condições climáticas e pelo aumento na área plantada. A estimativa é de que a safra seja de 2,82 milhões de toneladas de pluma.

"A cotação da pluma em patamar elevado, que proporciona boa rentabilidade ao produtor, foi a causa primordial nessa elevação da área de plantio", disse a Conab.

Já as culturas de inverno, como aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale, segundo a Conab, ainda apresentam uma plantação incipiente e devem somar 9,8 milhões de toneladas, das quais 8,1 milhões de trigo e 1,1 milhão de aveia.

Área plantada

Em relação à área plantada, a Conab informou que a atual safra é estimada em 73,7 milhões de hectares, crescimento de 5,6% se comparada à safra 2020/21. Os maiores incrementos são observados na soja (4,4% ou 1,73 milhão de hectares), e no milho (9,4% ou 1,87 milhão de hectares).

A Conab informou também que não alterou as estimativas de importação de nenhum produto em relação ao levantamento anterior. Já a projeção para exportação de milho para 2022 subiu, passando de 37 milhões de toneladas para 38 milhões de toneladas.

Para os demais produtos, as estimativas de exportação foram mantidas: algodão em 2,05 milhões de toneladas, arroz em 1,3 milhão de toneladas, feijão em 200 mil toneladas e soja em 77 milhões de toneladas.

"No caso do trigo, as informações ainda são referentes à safra 2021, que possui o ano comercial de agosto de 2021 a julho de 2022. Para o cereal, a expectativa de venda para o mercado internacional segue em 3 milhões de toneladas", disse a Conab. (Agencia Brasil)

Ministro entrega estudos de privatização da PPSA e da Petrobras

O ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, entregou, na quinta-feira (12), ao ministro da Economia, Paulo Guedes, pedido para iniciar os estudos de privatização da Petrobras e da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), a estatal responsável por comercializar o óleo e o gás extraídos da camada pré-sal.

Em declaração à imprensa após a reunião, Paulo Guedes afirmou que encaminhará a proposta à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos para análise de viabilidade. "O Adolfo Sachsida, ministro de Minas e Energia, me entrega isso hoje e encaminho imediatamente à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos para que ela faça uma resolução Ad referendum e inicie os estudos. Isso deve ser feito hoje mesmo e vamos dar sequência aos estudos para a PPSA e, depois então, para o caso da Petrobras", afirmou Guedes.

Na quarta-feira, em seu primeiro discurso como ministro de Minas e Energia, Sachsida afirmou que é urgente dar prosseguimento ao processo de capitalização da Eletrobras e que vai priorizar os estudos para a privatização da Petrobras e da Pré-Sal Petróleo S.A. Ele antecipou que seu primeiro ato como ministro seria solicitar a Guedes, presidente do conselho do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), a inclusão desses novos estudos de privatização. (Agencia Brasil)

Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ 62.285.390/0001-40 - NIRE 3530012760-9
DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
Rodrigo Augusto Poso Soares - CPF/ME nº 172.596.998-09, **Declara**, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrito no CNPJ/ME nº 62.285.390/0001-40. **Esclarece** que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Gerência Técnica em São Paulo - I (GTSP1), Av. Paulista, 1.804, 5º andar, 01310-922, São Paulo - SP.

Jornal O DIA SP

Presidente do TSE, Edson Fachin diz que país terá eleições limpas

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, ressaltou na quinta-feira (12) que o país terá eleições limpas. A fala ocorreu após o evento do Teste Público de Segurança (TPS) que avalia soluções aplicadas ao sistema eletrônico de votação.

As eleições estão marcadas para o dia 2 de outubro, quando os brasileiros escolherão presidente da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais. Eventual segundo turno será realizado no dia 30 de outubro.

"O país e a sociedade agradecem. Vamos ter dia 2 de outubro, o Brasil terá eleições limpas, seguras, com paz e segurança. Ninguém e nada interferirá na Justiça Eleitoral. Não admitirmos qualquer circunstância que impeça o brasileiro de se manifestar", disse Fachin.

"Quem vai ganhar as eleições é a democracia. Nós vamos diplomar os eleitos e isso certamente acontecerá. Há muito barulho mas esse tribunal opera com racionalidade técnica", argumentou. "Quem investe contra o processo eleitoral investe contra a democracia. É um fato e fato falo por si só. Não se trata de recado, é uma constatação. Temos respeito a todo chefe de estado e jamais nos furtaremos a diálogo. Não há afirmação do que desborda da legalidade constitucional", acrescentou.

Esse é o segundo dia do TPS. O teste de confirmação ocorre até o dia 13 de maio, das 9h às 18h. O encerramento das atividades está previsto para as 17h desta sexta-feira (13).

O TPS é um evento permanente do calendário eleitoral, é realizado pelo TSE desde 2009, preferencialmente no ano anterior ao das eleições.

Na sexta edição do TPS, ocorrida de 22 a 27 de novembro de 2021, dos 29 planos de ataques aos componentes da uma eletrônica, somente cinco registraram acabados, cujas soluções estão sendo submetidas a exame no teste de confirmação. (Agencia Brasil)

IBGE estima safra recorde de 261,5 mi de toneladas em 2022

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima uma safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas para este ano: 261,5 milhões de toneladas. A previsão é do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado em abril, o que aumentou em 1% o cálculo feito na pesquisa de março.

Caso a previsão se confirme, o Brasil encerrará o ano com uma expansão de 3,3% (ou 8,3 milhões de toneladas a mais) na safra, em relação a produção do ano passado. A área colhida deve ser 4,9% maior do que a de 2021.

A alta de 2022 em relação a 2021 decorre da expansão esperada de 11,6% no algodão herbáceo em caroço (com safra de 6,5 milhões de toneladas), de 1,4% para o trigo (safra de 7,9 milhões) e de 27,5% para o milho (safra de 111,9 milhões).

Paralelamente, há projeção de queda de 12,2% para a soja (com safra estimada de 118,5 milhões) e de 8,5% para o arroz em casca (safra de 10,6 milhões).

Outras lavouras

Além dos cereais, leguminosas e oleaginosas, a pesquisa também faz estimativas para outros produtos importantes. São esperados aumentos para as safras de cana-de-açúcar (19%), café arábica (16,7%), café canephora (3,3%), laranja (2%) e banana (1,5%).

Segundo o IBGE, são estimadas quedas nas safras de mandioca (-2,7%), tomate (-7,8%), uva (-12,2%) e batata-inglesa (-5,5%). (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

GOLD LEILÕES

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Condutor da Praça - A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleiloes e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro Oficial Ulisses Aparecido da Silva JUCESP 916. Do valor mínimo - O valor mínimo será o da avaliação atualizada, monetariamente, acrescido de 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação Judicial, nos termos do art. 891, § 3º do Código CSM 1625/2009. Da comissão da Gestora Judicial- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arematação do imóvel. Dos lances- Os lances deverão ser ofertados pela rede internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. Da responsabilidade do arrematante- Serão de responsabilidade do arrematante todas as provetas, tais como registros, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas que forem necessárias, e demais dados apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reformas não averbadas no Órgão competente e, ainda, dívidas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o devedor principal, perante ao Órgão competente. Débitos de IPTU- Eventuais débitos de IPTU ficam sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todos as regras e condições aplicáveis estão disponível no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e os capítulo XIX, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Edital de 1ª e 2ª Praça de parte ideal correspondente a 31% (trinta e um por cento) do bem imóvel abaixo descrito, e para intimação da executada ANDREIA FARHA (CPF nº 171.728.588-08), bem como para as intimações dos coproprietários ALBERTO FARHA (CPF nº 052.989.498-00), e ADRIANA FARHA (CPF nº 152.723.848-22) e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO PRECATÓRIA – PROC. nº 0007800-31.2021.8.26.0071, (oriunda dos autos da ação de Cumprimento de Sentença – Proc. nº 0028493-51.2005.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara Cível do Fórum da Comarca de Londrina/PR), ajuizada pelo CLAUDIO BERI RODRIGUES DE BASTOS (CPF nº 548.562.369-00). O Dr. André Luis Bicalho Buchignani, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível do Foro Regional de Itaquera/SP, no uso das leis, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 e 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º leilão conjunto no 1º ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento), conf. decisão de fls. 13/14 dos autos) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. MATRICULA Nº 32.658 DO CRI DE CURITA/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA – PARTE IDEAL – 31% (TRINTA E UM POR CENTO): R$ 1.268.250,63 (um milhão e duzentos e sessenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos), atualizado pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março/2022) Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel abaixo descrito e, para intimações dos executados GERSON ROBERTO VIEIRA (CPF nº 033.721.028-43); e sua esposa SILVANA BERTOLOSSI VIEIRA (CPF nº 017.182.788-02), MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DOMARQUES DE CAMPOS (CPF nº 297.920.508-76), THAIS CONSUELO VIEIRA RAMERA (CPF nº 116.946.528-58), e seu esposo AMARILDO RAMERA (CPF e RG ignorados). ESPÓLIO - SORAIA HELENA VIEIRA, representada por sua única herdeira LAIRA VIEIRA GOMES (CPF nº 370.887.688-10) e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Proc. 0000798-61.2021.8.26.0058 (oriunda dos autos da ação de Alimentos Judicial de Bens - Proc. 1020179-08.2014.8.26.0071), ajuizada pelo exequente NATALIA RODRIGUES VIEIRA CAVASSAN (CPF nº 395.766.338-50). O Dr. Saulo Mega Soares e Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Agudos/SP, no forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 e 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão conjunto no 1º ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula nº 5.625 DO CRI DE AGUDOS/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 89.662,15 (oitenta e nove mil e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março/2022). Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação do executado MANATEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA (CNPJ nº 07.256.494/0001-68) expedido nos autos da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, Processo nº. 1006623-73.2015.5.26.0152, ajuizado pelo VAHLE SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA (CNPJ nº 45.233.707/0001-86). O Dr. Carlos Alexandre Alba Agostinho, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Jundiaí/SP, no uso das leis, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 e 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão conjunto no 1º ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula nº 4.662 do 1º CRI de Juquiá – SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 659.181,25 (seiscentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (janeiro de 2022). Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimações dos executados TEREZA ZENARDI TER (CPF nº 959.050.068-49), NATÁLINA ZENARDI (CPF nº 018.995.918), ANTÔNIO APARECIDO ZENARDI (CPF nº 091.159.158-58), PEDRO DONIZETE ZANARDI (CPF nº 125.896.398-13) e sua esposa VILMAR ALVES ZENARDI (CPF nº 147.874.388-32) expedido nos CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, Processo nº: 0000761-17.2021.8.26.0320 (ONI CARLOS 2020/2021) ajuizado pelo BANCO BRADESCO S/A (CPF nº 37.454.837/0001-51), JEFERSON BENEDITO ZENARDI (CPF nº 382.860.358-27) e esposa ANA PAULA DA SILVA CHAGAS ZENARDI (CPF nº 430.609.128-00), MARIA ANDRESSA ZENARDI AGOSTINI (CPF nº 382.860.378-55) e esposo LUÍS HENRIQUE AGUIAR AGOSTINI (CPF nº 410.123.858-84), ANTÔNIO ZENARDI (CPF nº 802.634.458-87) e sinalher REGINA FURLANIS ZENARDI (CPF nº 047.032.458-02), MARIA ELENA DE SOUZA ZENARDI (CPF nº 106.754.948-00), FÁTIMA ZENARDI BATELO (CPF nº 147.839.118-94), MARIA ZENARDI BESSI (CPF nº 287.434.078-17). O Dr. Fauler Felix De Avila, Juiz de Direito da Única Vara Cível do Foro de Nhandeara/SP, no forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão conjunto no 1º ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula nº 3.477 do CRI de Nhandeara – SP: AVALIAÇÃO: R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), conforme laudo de avaliação. Edital de 1ª e 2ª Praça de parte ideal correspondente a 1/24 de 70 alqueires paulista de imóvel abaixo descrito, e para intimação do executado ROGERIO FRAGA (CPF nº 145.834.118-65), bem como para as intimações dos coproprietários MARCOS BUENO FRAGA COSTA (CPF nº 079.021.008-89), JOSMARI ERITE BUENO FRAGA COSTA (CPF nº 055.566.538-55), MARIA DA GLÓRIA FRAGA CÓSTA DE FREITAS (CPF nº 056.740.238-08) e seu esposo ROBERTO CASTRO DE FREITAS (CPF nº 029.426.288-38), WALDIR FRAGA COSTA JUNIOR (CPF nº 087.666.958-40) e sua esposa ROSMARI OLIVEIRA FRAGA COSTA (CPF nº 122.554.008-96), JOSMARI DEI BUENO FRAGA COSTA (CPF 050.407.798-87), PAULO AFONSO COSTA (CPF nº 252.485.578-00) e sua esposa ANA ROSA SANZOVO FRAGA (RG 3.988.993), expedido nos autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Proc. nº 0026056-59.1999.8.26.0071, ajuizada pela exequente FAIDIGA - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA (CNPJ nº 50.777.226/0001-71). A Dra. Ana Carolina Acha Aguiar Siqueira de Oliveira, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, no forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão conjunto no 1º ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula nº 13.029 do CRI de Campos do Jordão – SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 237.308,02 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e oito reais e dois centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (janeiro de 2022). Edital de 1º e 2º Praça de bem imóvel e para intimação dos executados AUTO POSTO R. S. SHOPPING RIO CLARO LTDA (CNPJ nº 03.358.465/0001-07) na pessoa de seu representante legal e fiador REMILDO DE SOUZA (CPF nº 562.930.899-87), e demais interessados, expedido nos autos da ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nº 0018122-16.2005.8.26.0510 (Processo principal nº 0000172-28.2004.8.26.0510), ajuizado pelo exequente VIBRA ENERGIA S.A. A Dra. Cyntia Andrauas Carretta, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Claro/SP, no uso das leis, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão conjunto no 1º ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula 42.047 do 2º CRI de Rio Claro/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 1.539.037,75 (um milhão e quinhentos e trinta e nove mil, trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (janeiro de 2022).

EDITAL DE INTIMAÇÃO – BLOQUEIO DE VALORES PELO SISTEMA SISBAJUD. Processo Digital nº: **0030779-31.2020.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens. Exequente: Fundação São Paulo. Executado: Gustavo Domingues Silva. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0030779-31.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Raquel Machado Carleial de Andrade, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a GUSTAVO DOMINGUES SILVA, Brasileiro, CPF 407.071.388-33, que por este ação foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Fundação São Paulo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, fo determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 1.512,57, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de março de 2022.
12 e 13 / 05 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1013944-29.2017.8.26.0011**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Carlos Roberto da Silva. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013944-29.2017.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea Ferraz Musa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CARLOS ALBERTO DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Administrador, CPF 300.618.888-65, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em sinteses: Por meio da Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo Pessoal - Pós Fixado nº 104076, o exequente lhe concedeu o empréstimo ao executado o valor de R$ 14.846,81, cuja restituição deveria ser realizada em 24 parcelas mensais de R$ 1.302,56, vencendo a primeira em 20/03/2017. Ocorre que, em razão do inadimplemento da parcela vencida em 20/08/2017, o exequente requereu o vencimento da dívida pela alínea 'a' da cláusula 7.1. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que efetue o pagamento do débito no valor de R$ 19.127,67, em 3 (três) dias (art. 829 do CPC), ofereça defesa ou apresente proposta de pagamento parcelado da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Fica ele, ainda, ciente de que, sob pena de prosseguimento da execução. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de maio de 2022.
12 e 13 / 05 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1001466-13.2017.8.26.0003**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos. Requerente: SÃO CAETANO DO SUL - UNIVI MUN DE SÃO CAETANO DO SUL. Requerido: Diogenes Costa Delmonico. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001466-13.2017.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Vieira de Jesus Pinto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 e 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão conjunto no 1º ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. MATRICULA Nº 126.642 DO 1º CRI DE SÃO CAETANO DO SUL: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 1.000.000,00 (um milhão reais) Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação do executado LUIZ CARLOS BURTI (CPF nº 250.483.418-72) expedido nos autos da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, Processo nº: 1120110-17.2014.8.26.0100, ajuizado pelo BANCO BRADESCO S/A (CNPJ nº 60.746.948/0001-12). A Dra. Inah De Lemos E Silva Macedo, Juíza de Direito da 19ª Vara Cível do Foro Central/SP, no forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão conjunto no 1º ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula nº 33.948 (dezembro de 2021). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de abril de 2022.
12 e 13 / 05 / 2022

2ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 7º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº: **1002779-32.2018.8.26.0004**. O Dr. Sérgio Luiz Kum, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Elmer Fabrício Morais Jaeg (CPF: 231.258.308-93), que Fundação de Rotarianos de São Paulo, entidade mantenedora dos Faculdades Integradas Rio Branco lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 6.423,61 (agosto de 2018), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida, referente à inadimplência do segundo semestre letivo de 2012. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue-se, reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento do feito. Será o presente, afixado e publicado. 02/05/2022.
12 e 13 / 05 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1056034-79.2017.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Felipe Cardoso Barbosa Guimarães. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1056034-79.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Prado de Toledo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Felipe Cardoso Barbosa Guimarães (CPF: 029.439.545-98), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 29.702,14 (julho de 2017), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços de Saúde, no valor mensal de R$ 1.000,00 (mil reais), referente a cobertura de Atendimento Emergencial, requerimento de matrícula para o ano letivo de 2014/2015. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2022.
12 e 13 / 05 / 2022

24ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SP - FORO CENTRAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000377-83.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CLAUDIO ANTONIO MESQUITA PEREIRA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a MARIA JOSE DE MIRANDA MACHADO**, CPF 154.232.018- 61, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO/CABESP**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 16.563,36 (dezembro/2021)**, devidamente atualizada e acrescido de custas, se houver, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1030443-27.2019.8.26.0007** (OAI) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Olivier Haidar Jean, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOÃO NUNCIO DE CASTRO, Brasileiro, CPF 008.665.318-07, com endereço à Rua Olga Fadel Abarca, 520, Jardim Santa Terezinha (zona Leste), CEP 03572-020, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Reintegração / Manutenção de Posse por parte de Espólio de Roberto Galbraith Haddad e outro, alegando em síntese: Ter ajuizamento da ação, para a reintegração de posse, do imóvel Lote 35-A da Quadra 54, Cid. Santa Bárbara, São Mateus, São Paulo-SP, e cobrandando o réu por alguns danos ocorridos, cujas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente defesa. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2022.
12 e 13 / 05 / 2022

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0001353-06.2022.8.26.0002**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Fundação São Paulo. Executado: Charles Kaique Borges Ribeiro da Silva e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001353-06.2022.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXANDRE SILESTA ALVES, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Charles Kaique Borges Ribeiro da Silva (CPF: 389.884.228-21) e Thays Borges Felix de Oliveira (CPF: 389.884.218-50), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi convertido em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 41.834,67 (março de 2022). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de maio de 2022.
12 e 13 / 05 / 2022

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SÃO PAULO - SP

Data do leilão:27/05/2022 - **as: 17:30 Local: AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILAROMANA, SAO PAULO, SP.**
ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/ 11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis abaixo descritos para pagamento de dívidas hipotecárias devidas ao EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.
A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08 (oito) dias, sob pena de perda do sinal.
A venda com financeiamento, será feita através de Carta de Crédito de uma Instituição Financeira escolhida pelo interessado, com a prévia e devida análise cadastral e comprovação de renda.
Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, só poderá ser efetivada através e, com prévia e devida análise de uma Instituição Financeira escolhida pelo comprador.
Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, para aquisição dos imóveis constantes deste edital deverão procurar uma Instituição Financeira com a antecedência necessária a data do leilão.
Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.
É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.
SED:851605 - **CONTRATO:** 302624055346 - **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA**
JOSE CARLOS DE ALMEIDA, BRASILEIRO(A), COMERCIANTE , CPF 330.728.849-00, CI 15556383 SSP/SP, CASADO (A) COM MARILZA MARQUES DE ALMEIDA, BRASILEIRO (A), COMERCIANTE, CPF 100.128.408-90 CI: 23129536 SSP/SP.
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 124, LOCALIZADO NO 12º ANDAR OU 13º PAVIMENTO, EDIFICIO
CAMELIA, CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIA

WILL S.A. INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

(anteriormente Will S.A. Meios de Pagamento)
CNPJ nº 36.272.465/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Receitas Financeiras: Somadas, as receitas financeiras totalizaram R$90 milhões em 2021, antes R$56 milhões em relação a 2020, um aumento de 59% na comparação anual.

Custos Financeiros: As despesas financeiras envolvem as nossas despesas com juros, também chamado de custo de funding, são principalmente despesas com emissão de CDBs e LCs pós e pré-fixados, distribuídos por correteras parceiras para pessoas físicas. Em 2021, esse custo subiu 157% em relação ao ano passado, crescimento justificado pelos aumentos do CDI ao longo do ano.

Resultado Financeiro: O forte crescimento da taxa de juros combinado com nosso forte crescimento nos levou a uma leve queda no resultado financeiro de R$32 milhões em 2020 para R$28 milhões em 2021. É válido ressaltar que por se tratar de uma Instituição de Pagamentos, as receitas se concentram nas receitas de prestação de serviços.

Receitas de Serviços: Dentre nossas receitas de serviço, podemos destacar a taxa de intercâmbio, mora e multa de faturas em atraso, recarga de celulares pré-pagos. Tivemos um aumento de 65% nessa linha, de R$66 milhões em 2020 para R$108 milhões em 2021.

Resultado Operacional: Dado o crescimento da despesa, que se elevaram por conta da robustez necessária para acompanhar o crescimento das nossas operações, o resultado operacional do ano de 2021 foi negativo em R$97 milhões, em comparação com o resultado positivo de R$4 milhões em 2020.

Resultado Líquido: Como resultado das variações mencionadas acima, encerramos o período de 2021 com um resultado negativo de R$61 milhões em comparação com um lucro líquido de R$2 milhões em 2020.

Adicionalmente, a Administração declara, conforme requerido pela Circular BACEN 3068, sua intenção e capacidade financeira da Companhia para manutenção dos títulos destacados em nota explicativa 6 às demonstrações contábeis até os seus vencimentos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais - R$)

Ativo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		**103.942**	**67**
Disponibilidades	5	103.942	67
Instrumentos Financeiros		**1.041.995**	**696.867**
Títulos e Valores Mobiliários	6	269.553	198.192
Recebíveis de Cartão de Crédito	7	783.922	498.675
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(11.480)	–
Outros créditos	8	**682.692**	**172.516**
Ativos Fiscais Diferidos	15c	**128.283**	**86.669**
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	9	**359.890**	–
Imobilizado de Uso	10	**25.429**	**25.763**
Intangível	11	**50.722**	**15.682**
Depreciações e Amortizações	10/11	**(22.951)**	**(23.896)**
Total de Ativo		**2.370.000**	**973.670**

Passivo	Nota	2021	2020
Depósitos e Instrumentos Financeiros		**1.739.517**	**880.913**
Depósitos	12a	32.985	15.413
Relações Interfinanceiras	12b	1.706.532	865.500
Obrigações por empréstimos e financiamentos		**27**	**78**
Provisões e Contingências Passivas	13	**2.354**	**2.138**
Outras Obrigações	14	**309.190**	**71.108**
Total do Passivo		**2.051.088**	**954.237**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16	486.452	149.750
Reservas de Capital	16	14.764	296
Prejuízos Acumulados		(182.305)	(130.613)
Total do Patrimônio Líquido		**318.912**	**19.433**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.370.000**	**973.670**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais - R$, exceto o número de ações e lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas de intermediação financeira		**69.098**	**89.977**	**56.442**
Receitas financeiras de operações de cartão de crédito	17a	28.413	41.559	17.905
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17a	50	50	–
Resultado positivo de título e valores mobiliários		40.635	48.368	38.538
Despesas de Intermediação financeira	17b	**(41.624)**	**(61.650)**	**(23.947)**
Despesa de juros e similares		(32.272)	(43.313)	(9.082)
Despesa com tarifas e similares		(9.352)	(18.337)	(14.865)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		**27.474**	**28.327**	**32.495**
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa		(11.480)	(11.480)	–
Resultado de intermediação financeira		**15.994**	**16.847**	**32.495**
Outras receitas/despesas operacionais	18	**(77.265)**	**(113.871)**	**(28.628)**
Outras despesas relacionadas a crédito		(19.137)	(45.985)	(34.531)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados		(6.817)	(12.550)	(6.982)
Receita de prestação de serviço		62.535	108.643	66.034
Despesas de pessoal		(39.897)	(66.767)	(24.163)
Despesas tributárias		(3.652)	(6.285)	(4.226)
Despesas de provisões		(204)	(216)	(2.138)
Depreciação e amortização		(7.390)	(10.246)	(3.527)
Outras despesas administrativas		(44.820)	(69.259)	(15.856)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		9.361	9.361	–
Outras receitas operacionais		411	411	–
Outras despesas operacionais		(25.503)	(18.925)	(2.121)
Teste ao valor recuperável de ativos		(2.053)	(2.053)	(1.117)
Resultado Operacional		**(61.271)**	**(97.023)**	**3.867**
Outras Receitas e Despesas		**(26)**	**(26)**	–
Resultado antes de tributos e participações		**(61.297)**	**(97.740)**	**3.867**
Tributos e participações	14a	**22.021**	**35.968**	**(1.791)**
IRPJ e CSLL diferidos		22.021	35.968	(1.791)
Resultado Líquido		**(39.276)**	**(61.772)**	**2.077**
Número de Ações		300.000.000	300.000.000	149.750.000
Lucro líquido (prejuízo) por ações (em Reais)		**(0,13)**	**(0,21)**	**0,01**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Milhares de Reais - R$)

	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Lucro Líquido (Prejuízo) do semestre e exercício	(39.276)	(61.772)	2.077
Resultado Abrangente do semestre e exercício	**(39.276)**	**(61.772)**	**2.077**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Milhares de Reais - R$)

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do Semestre/Exercício		**(39.276)**	**(61.772)**	**2.077**
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	18	7.390	10.246	3.527
Despesa com provisão de liquidação duvidosa		11.480	11.480	–
Resultado/compensação de tributos diferidos	15	(22.021)	(35.968)	1.791
Provisões legais	18	204	216	2.138
Variação de valor justo de títulos e valores mobiliários		(35.789)	(43.522)	(37.734)
Rateio de despesas do 2º sem		22.605	22.605	–
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		(9.361)	(9.361)	–
Teste ao valor recuperável de ativos		2.053	2.053	1.117
Resultado Ajustado		**(62.716)**	**(104.023)**	**(27.084)**
Variação em ativos e passivos operacionais				
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	6	(26.703)	(27.840)	(106.506)
(Aumento)/Redução em Recebíveis de Cartão de Crédito	7	90.773	(285.247)	(245.468)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	8	(598.130)	(549.617)	(123.735)
Aumento/(Redução) em Depósitos	13	21.774	17.571	10.546
Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras	13	508.710	841.032	341.968
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	14	135.724	238.082	34.226
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		**69.432**	**129.958**	**(116.054)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Participações em Coligadas e Controladas		(350.529)	(350.529)	–
Aquisição de Imobilizado	10	2.911	(553)	(5.980)
Aquisição de Intangível	11	(22.184)	(36.029)	(7.848)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		**(369.802)**	**(387.112)**	**(13.828)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de Capital	16	250.000	250.000	129.750
Investimento - Will Holding		86.702	86.702	–
Reversão de reserva para rateio de despesas do 1º sem		9.909	9.909	–
Obrigações por empréstimos e financiamentos		(30)	(51)	(96)
Pagamentos baseados em ações		590	641	–
Reservas de Capital	16	13.827	13.827	296
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		**360.998**	**361.028**	**129.950**
Caixa e equivalente de caixa		**60.628**	**103.875**	**67**
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício		43.314	67	–
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício		103.942	103.942	67
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		**60.628**	**103.875**	**67**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Will S.A. Instituição de Pagamento ("Will Pagamento" ou "Companhia"), anteriormente Will S.A. Meios de Pagamento, é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303, Cj. 1001, 10º Andar, Condomínio WTORRE UNIDAS TORRE II, Pinheiros, São Paulo-SP - SP - Brasil. A Companhia faz parte do Conglomerado Financeiro Will Bank (no "Grupo") do qual também fazem parte a Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira") e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC") e a Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding"). A Will Pagamento, tem como objetivo fomecer soluções de pagamento através da emissão e administração de cartões de crédito internacionais com a bandeira Mastercard, e emissão de moeda eletrônica através do serviço de conta de pagamento 100% digital, sem tarifas e com remuneração de 110% da taxa DI, além de outros serviços de pagamento complementares como transferências, pagamentos de boletos, recarga de celular, PIX e saques através de caixas eletrônicos 24 horas. A Will Pagamento iniciou suas operações em 01 de dezembro de 2019, sob a ainda denominação Supervova S.A. Instituição de Pagamento, empresa fruto da cisão da Pag S.A. Meios de Pagamento que trouxe consigo o produto Pagê que em dezembro de 2020 possuía mais de 1,5 milhão de cartões emitidos. Em AGE realizada no dia 05 de outubro de 2020, houve a alteração do seu nome empresarial para Will S.A. Meios de Pagamento. A mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo Will Bank. Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Mastercard Capital, no montante de R$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária. O contrato previa a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pelo Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020. Em adição, foi adotado ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Pagamento, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	BCB 2/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	BCB 2/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequentes	BCB 2/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN n.º 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e as operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 02 (R2)
Res. CMN n.º 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN n.º 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme decisão no mesmo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. **Moeda funcional**: Os números apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e controlada. **Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia, em 12 de maio de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Will Pagamentos são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Apuração do Resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As receitas de tarifas e similares, compostas principalmente pela taxa de intercâmbio gerada através da utilização dos cartões em compras. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes. **b) Ativos e Passivos não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios economicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São demonstradas pelos valores de realização líquido equivalente, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata die". **e) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias: **i) Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e avaliados pelo valor justo de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **ii) Títulos disponíveis para venda:** São títulos de valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido deste de outros resultados abrangentes. **iii) Títulos mantidos até o vencimento:** São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo. As classificações dos títulos foram alteradas para alinhamento com as categorias acima. **f) Recebíveis de cartão de crédito:** Os recebíveis de cartão de crédito são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos a perda por redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado. A Administração avalia periodicamente os riscos na realização das contas a receber e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando, principalmente, a expectativa com base no histórico de perdas. Carteiras de crédito da Will Pagamentos tem a classificação de risco atribuída em no mínimo o rating A e sofrem os efeitos de arrasto das operações estão registradas na Will Financeira, seguindo as regras de provisionamento do Banco Central do Brasil (Resolução 2.682). **g) Valor justo dos Instrumentos Financeiros:** O valor justo considerado o preço que seria recebido por um ativo ou pago por um passivo em uma transação celebrada entre partes de uma transação no mercado. Existem três diferentes níveis de hierarquia de valor justo usados para classificação dos instrumentos financeiros, que são descritas abaixo: Nível 1: quando a avaliação é baseada em preços cotados em mercados líquidos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: a avaliação é baseada em preços observáveis no mercado, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis que podem ser validados; Nível 3: a avaliação é realizada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. Estas técnicas podem ser: metodologias de fluxo de caixa descontados, avaliação relativa ou outras técnicas semelhantes. **h) Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Pagamento. Estão presentes nesse grupo as despesas diferidas referente ao custo de obtenção de operação de cartão de crédito. Os custos relacionados ao cartão de crédito são amortizados de forma linear de acordo com a vida do cartão de crédito, com prazo médio de 60 meses. **i) Valores pendentes de liquidação:** Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidações futuras de serviços ou produtos entre a Will Pagamento e suas contraparte, inclusive com partes relacionadas. **j) Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto os demais investimentos pelo custo histórico. **k) Imobilizado de uso:** Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de qualquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (i) Móveis e utensílios - 10 anos; (ii) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (iii) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (iv) Instalações - 10 anos; e (v) Veículos - 5 anos. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item especifico, conforme apropriado, somente se os benefícios economicos associados a esses itens fiorem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios economicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Qualquer perda ou ganho oriundo da baixa do item do imobilizado (calculado como a diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **l) Intangível:** O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia com a finalidade de manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 (R1) homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo tangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos. **m) Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período, com o intuito de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Caso se tenha algum indicativo, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda é reconhecida imediatamente na Demonstração de Resultado do Exercício ("DRE"). O valor recuperável de um ativo é definido como maior entre seu valor em uso e valor justo e o seu valor em uso. **n) Depósitos:** Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes. Esses depósitos estão insertos no contexto contábil de pagamento pré-pago. **o) Relações Interfinanceiras:** Representadas pelos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a pagar à bandeira Mastercard, deduzidos das taxas de administração e outras tarifas relacionadas. **p) Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos *"pro rata temporis"*. Os compromissos contratuais com juros pré-fixados são considerados pelo valor presente, calculado segundo as taxas e prazos contratuais *"pro rata die"*. Atualmente a única modalidade de financiamento no balanço da Companhia é o Arrendamento Financeiro. A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imóvel, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. **q) Cessão de recebíveis:** A Companhia efetua cessões de crédito à partes relacionadas, de acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09 e alterações, que estabelecem procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificadas em categoria de operações com transferência substancial dos riscos e benefícios. Nesse sentido, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é do título contabilizado para registro da operação original e resultado apurado na negociação, positivo ou negativo, é apropriado de forma diferida ao longo do período. **r) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos:** O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) correntes originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do exercício. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, são calculados no final de cada exercício sobre o prejuízo fiscal e são registrados na rubrica "Créditos Tributários". Os créditos tributários sobre base de cálculo com prejuízo serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e de base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentadas através dos estudos técnicos realizados pela administração. A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R$240 (duzentos e quarenta mil reais). A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável. **s) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:** Os ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Pagamento entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisão favorável em julgamento final e irrecorrível. Finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente. Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, que resulte em saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda: • Prováveis: são reconhecidas provisões no passivo; • Possível: são divulgadas nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e • Remoto: não reportem provisão e nem divulgação. As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação seja legalidade ou constitucionalidade de determinado tributo e mensurada de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. **t) Outros passivos:** Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente. **u) Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto. **v) Resultado por ação:** O cálculo do resultado por ação da Will Pagamento é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício apliclavel. **w) Resultados recorrentes/não correntes:** Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e instrumentos financeiros. **b) Estimativas e premissas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: i) Vida útil de ativos não circulantes: A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua aplicabilidade no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. iii) Perda para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil liquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo estas evidências identificadas e o valor contábil liquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil liquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas no resultado do exercício quando identificadas. O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros são descontados a seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. iv) Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	**103.942**	**67**
Depósitos Bancários	103.942	67
Total	**103.942**	**67**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição		
Carteira Própria	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Para negociação (a)	163.687	198.192
Disponível para venda (c)	469	–
Mantido até o vencimento (b)	105.397	–
Total	**269.553**	**198.192**
Circulante	164.156	198.192
Não Circulante	105.397	–

(a) A Companhia mantém em seus ativos cotas de fundo de investimento em direito creditórios, nível 2, que foram classificadas como disponíveis para negociação (R$ 140.939), os valores estão alocados no FIDC NP Recupera é administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), constituída sob a forma de condomínio aberto e sem carência para resgate, onde temos 100% das cotas subordinadas, além do saldo do FIDC, temos o fundo Santander no montante de R $22.748.

(b) Refere-se a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro ("LFT"), com vencimento 03/2024.

(c) O saldo refere-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), nível 2.

Não houve reclassificação de títulos entre categorias acima nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b) Resultado de Títulos e Valores Mobiliários			

WILL S.A. INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

15. TRIBUTOS

a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(61.297)	(97.740)	3.867
Participações no Lucro			
Resultado antes dos Impostos	(61.297)	(97.740)	3.867
Encargo Total do IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	24.519	39.096	(1.547)
Compartilhamento de custos intragrupo (1)	(3.963)	(3.963)	–
Resultado com Equivalência Patrimonial	3.744	3.744	–
Demais Despesas Indedutíveis	(2.279)	(2.910)	(244)
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.021	35.967	(1.790)
Impostos Correntes			
Impostos Diferidos	22.021	35.967	(1.791)

b) Despesas Tributárias:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
PIS/COFINS	2.330	4.019	2.467
ISS	1.251	2.173	1.298
Outras Despesas Tributárias	71	93	461
Total	3.652	6.285	4.226

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos:

c.1 Ativos Fiscais Diferidos:

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para contingências cíveis	942	855
Provisão para Fornecedores	3.708	–
Provisão Valores pendentes	4.015	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.592	–
Total créditos sobre diferença temporária	13.257	855
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	115.025	85.700
Total IR e CS diferidos ativo	128.282	86.555

c.2 Passivos Fiscais Diferidos:

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão Incentivo Mastercard	(5.758)	–
Total IR e CS diferidos passivo	(5.758)	–

d) Expectativa de Realização e Valor Presente dos Tributos Fiscais Diferidos:

	IRPJ		CSLL		Valor Contábil	Valor Presente
Ano	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2022	7.697	–	4.619	–	12.315	11.728
2023	589	–	353	–	942	888
2024	–	726	–	435	1.161	1.096
2025	–	2.328	–	1.397	3.725	3.514
2026	–	6.248	–	3.748	9.997	9.431
2027	–	8.448	–	5.069	13.516	12.751
2028	–	10.847	–	6.508	17.355	16.373
2029	–	13.454	–	8.072	21.526	20.307
2030	–	16.275	–	9.765	26.041	24.567
2031	–	13.564	–	8.139	21.703	20.475
Total	**8.285**	**71.890**	**4.971**	**43.134**	**128.282**	**121.125**

O valor presente dos tributos fiscais é de R$ 121.129 (cento e vinte e um milhões e cento e vinte e nove mil reais), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro acima.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, o Capital Social é de R$ 149.750 (cento e quarenta e nove milhões setecentos e cinquenta mil reais), composto por 149.750 (cento e quarenta e nove milhões setecentos e cinquenta mil) de ações ordinárias, sem valor nominal. **Aumento de Capital:** Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento no Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R $250.000 na Will Pagamentos, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding Finance Ltda ("Will Holding") foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamentos obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamentos a controladora da Will Holding e Will Financeira, onde foi realizado um aporte de aumento de capital no valor do investimento efetuado, com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações (preferenciais), processo o qual a Will Pagamentos está aguardando a homologação do BACEN. **Reserva Legal e de Capital:** Constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. No período findo em 31 de dezembro de 2021, em virtude dos prejuízos acumulados, não foi constituída reserva legal. **Planos de participação societária futura:** A Companhia oferece a colaboradores, administradores e parceiros selecionados, desde que aprovados pelo seu Conselho de Administração, planos de participação societária futura através de venda de opções. Tal plano possui natureza mercantil e objetivo de estimular o desenvolvimento da instituição no médio e longo prazo. As outorgas das operações são essencialmente ocorrem em função da fluência do prazo, conforme aplicável.

17. RECEITAS E DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Receitas de Intermediação Financeira:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de Operações de Cartão de Crédito	28.413	41.560	17.909
Multa e Mora (a)	13.479	25.581	17.909
Recarga de Celular	906	1.770	–
Incentivo Mastercard	13.131	13.312	–
Variação Cambial	897	897	–
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50	50	798
Total	28.463	41.610	18.707

(a) Mora 1% a.m. e multa contratual 2% por evento.

b) Despesas de Intermediação Financeira:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de Juros e Similares	32.272	43.313	9.082
Juros sobre financiamento tomado (a)	456	584	302
Despesas de descontos sobre recebíveis (b)	30.865	41.097	8.551
Despesas com descontos concedidos	951	1.632	229
Despesas com Tarifas e Similares	9.352	18.337	14.865
Despesas com tarifas do sistema financeiro	9.352	18.337	14.865
Total	41.624	61.650	23.947

(a) Juros sobre o leasing de máquinas e equipamentos; (b) Taxa de desconto sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito realizados com a Will Financeira, conforme Nota Explicativa 19 - Partes Relacionadas.

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras despesas relacionadas a crédito	(19.137)	(45.985)	(34.531)
Custo de Transação (b)	(12.285)	(25.998)	(34.531)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(6.852)	(19.987)	–
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(6.817)	(12.550)	(6.982)
Receita de prestação de serviço	62.535	108.643	66.034
Receita de Intercâmbio (a)	62.535	108.643	64.428
Outras receitas de serviços	–	–	1.606
Despesas de pessoal	(39.898)	(66.768)	(24.164)
Proventos e honorários da administração	(24.507)	(40.884)	(15.035)
Encargos Sociais	(6.980)	(12.402)	(5.118)
Benefícios	(8.183)	(8.183)	–
Outras despesas de pessoal	(228)	(5.299)	(4.011)
Despesas de provisões	(204)	(216)	(2.138)
Depreciação e amortização	(7.390)	(10.246)	(3.527)
Outras despesas administrativas	(44.820)	(69.257)	(15.856)
Despesas de serviços técnicos	(22.369)	(26.280)	(4.718)
Despesas de aluguéis	(1.250)	(2.913)	(2.751)
Despesas de tecnologia	(6.867)	(11.909)	(2.639)
Despesas de marketing	(13.740)	(27.390)	(5.321)
Despesas de viagem	(432)	(475)	(382)
Outras despesas administrativas	(162)	(290)	(45)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9.361	9.361	–
Outras receitas operacionais	411	411	–
Outras despesas operacionais	(25.603)	(18.925)	(2.120)
Perdas com riscos operacionais	(4.710)	(5.621)	(2.048)
Outras despesas operacionais	(20.893)	(13.304)	(72)
Teste ao valor recuperável de ativos	(2.053)	(2.053)	(1.117)
Total	(73.615)	(107.585)	(24.401)

(a) São representadas pelas taxas geradas através da utilização dos cartões.

(b) São representadas pelos custos de emissões de cartões, embalagens, remessas e confecção.

19. PARTES RELACIONADAS

	2021		
	Will Financeira	FIDC Recupera	Total
Ativo	61.373	140.939	202.311
Depósitos Bancários	32.584	–	32.584
Títulos e Valores Mobiliários	–	140.939	140.939
Valores pendentes de liquidação	28.789	–	28.789
(-) Venda de autorizações	(941.519)	–	(941.519)
Passivo	(251.786)	(1.253)	(253.039)
Valores a Liquidar	(251.786)	(1.253)	(253.039)
Receitas (Despesas)	43.522	43.522	43.522
Resultados de cotas de fundos de investimento	–	43.522	43.522

	2020		
	Will Financeira	FIDC Recupera	Total
Ativo	77	97.418	97.495
Títulos e Valores Mobiliários	–	97.418	97.418
Valores pendentes de liquidação	77	–	77
(-) Venda de autorizações	(706.829)	–	(706.829)
Passivo	(40.392)	17.059	(23.333)
Valores a Liquidar	(40.392)	17.059	(23.333)
Receita (Despesas)	–	37.734	37.734
Resultados de cotas de fundos de investimento	–	37.734	37.734

Remuneração a Administração

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Honorários de diretores e conselheiros	1.470	2.970	278

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Administração da Companhia mantém um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte e operações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Importância segurada
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	18.800
Danos elétricos	370
Perdas ou pagamento de aluguel (PI seis meses)	2.474
Quebras de vidros, espelhos, mármores	100
Responsabilidade civil - operações	1.000
Vendaval/furacão/ciclone/tornado/granizo	1.240
Derrame de chuveiros automáticos (sprinklers) / hidrantes	500
Alagamento / Inundação	500

21. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. a) **Risco de Mercado:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros sobre empréstimos e títulos a receber estão mencionadas nas notas explicativas nº 8 e 16, respectivamente. **b) Risco de Crédito:** Com relação às Contas a Receber, a Companhia está principalmente exposta a contas a receber de faturas emitidas a clientes. **c) Risco de Liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. **d) Risco Operacional:** Trata-se da possibilidade de a Instituição sofrer perdas decorrentes de eventos externos ou de falhas, deficiência ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas. Inclui-se ainda o risco legal derivado de eventual deficiência em contratos, sanções associadas a descumprimentos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades executadas pela Instituição.

22. COMPROMISSOS

A Companhia tem compromissos firmados por meio de contratos de locação de imóveis. Os referidos contratos possuem cláusulas que definem prazos de renovação e índices de atualização.

23. RESULTADO RECORRENTE

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2021, a Companhia teve uma despesa de R $2.052 (R $1.117 em 2020), referente a baixa de ativos intangíveis e imobilizados devido a perda do valor recuperável. Tivemos o aumento de capital ao longo do ano de 2021, conforme nota explicativa 15, e o custo que a Will Pagamentos teve com consultoria foi de R$21.782, este valor encontra-se na Demonstração do Resultado, em "Outras Despesas Administrativas".

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em dezembro de 2021 foi constituída a empresa Will Produtos Ltda. a fim de prestar serviços de intermediação, administração de programas de fidelidades e relacionamento com clientes, serviços de marketing e promoções, análises estatísticas e pesquisas de mercado e outras atividades relacionadas aos serviços financeiros. Visando operacionalizar novos produtos, como a concessão de cashback aos clientes, a Will Produtos realizou a aquisição de certos ativos da empresa Getmore Serviços Ltda. em 31 de janeiro de 2022 (Softwares, Contratos, entre outros), onde a Will Pagamentos será a controladora da Will Produtos.

DIRETORIA

Felipe Felix Soares de Sousa – Diretor Geral
Ricardo Saad Neto – Diretor Corporativo

CONTADOR

Marlon Soares Fernandes - CRC 1SP-295873/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Will S.A. Instituição de Pagamento**

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Will S.A. Instituição de Pagamento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Will S.A. Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Reorganização societária:* Conforme descrito em nota 1 às demonstrações contábeis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi efetuada reorganização societária do grupo, mediante a constituição da Will Holding Financeira Ltda., que passou a ser controladora da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 19 de julho de 2021 e, por sua vez, controlada da Instituição a partir de 03 de agosto de 2021. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação,* foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 7 de julho de 2021, sem ressalvas e contendo parágrafos de ênfase relacionados à avaliação de créditos tributários, à reapresentação de informações contábeis atuais e comparativas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente e causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suasoperações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatóriode auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de maio de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609 /O-8
Dario Ramos da Cunha – Contador – CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.

TALUDE CONSTRUÇÕES S.A.

CNPJ/MF 14.914.786/0001-67 - NIRE 35.300.418.166

Ata de Assembleia Geral Ordinária

1 - Data, Horário e Local: Aos 29 dias do mês de abril de 2022, às 17:00 horas, na sede da **Talude Construções S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Estrada Ibatequara, nº 170, sala "D", Sítio Mutinga, CEP 06463-300. **2 - Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em face da presença da acionista representante da totalidade do capital social. **3 - Mesa:** Presidente - Paulo Arthur Borges; e Secretário - Reinaldo Dalla Justina. **4 - Publicação Prévia de Documentos:** Em cumprimento ao artigo 133, §4º, da Lei 6.404/76, o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações referentes ao exercício social findo em 31/12/2021 foram devidamente publicadas no dia 28/04/2022 no jornal "O Dia" de forma impressa e digital nas páginas 9 e 11 e 12. **5 - Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2021; **(ii)** Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia auferido no exercício social findo em 31/12/2021, se houver. **6 - Colocadas as matérias em exame, discussão e posterior votação, restaram aprovadas pela única acionista, nos seguintes termos: (i)** São aprovados o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2021; **(ii)** É aprovada a destinação do lucro líquido apurado pela Companhia, no valor de R$ 1.229.090,15, da seguinte forma: **ii.a)** 5% correspondente a R$ 61.454,51 para a conta de reserva legal; e **ii.b)** o restante, para a conta de reserva de lucros. **7 - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso; como ninguém solicitou a palavra, suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para lavrar a presente Ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Acionista Presente: Talude Comercial Construtora Ltda. A presente Ata é cópia fiel do original lavrado no livro de Atas de Assembleias Gerais. **Mesa: Paulo Arthur Borges** - Presidente; **Reinaldo Dalla Justina** - Secretario. **JUCESP** - 232.397/22-3 em 10/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Avanço S.A. Indústria e Comércio de Máquinas

CNPJ nº 43.297.852/0001-03 - NIRE nº 35.300.097.956

Ata de Re-ratificação da Ata de Assembleia Geral Ordinária - Realizada em 04/03/2022

Data, hora, local: 06/04/2022, às 10:00 hs, na sede social site na Capital do Estado de São Paulo, à Avenida Presidente Wilson, nº 3544. **Quorum:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Monica Giovanna Battaglio Zanatta, Presidente, e Antônio Jacinto Calero Palma, Secretário. **Aviso aos acionistas:** Dispensada publicação (Artigo 133, §4º, Lei 6.404/76). **Convocação:** Dispensada publicação (Artigo 124, §4º, Lei 6.404/76). **Ordem do dia:** 1. Re-ratificar a Assembleia Geral Ordinária de Constituição realizada em 04/03/2022, arquivada nesta Junta Comercial sob o nº 157.519/22-3 em 24/03/2022, conforme segue: **1. Re-ratificar a Assembleia Geral Ordinária: 1.1)** Ratificar o item: **Ordem do dia: A)** A discussão e aprovação de Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, publicados no Jornal O Dia SP, de forma física e digital, em 15/02/2022. **B)** Proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31/12/2021; e **C)** Assuntos de interesse geral da Companhia. **1.2)** Ratificar o item: **Deliberações: A)** Quanto ao item "A" da Ordem do dia, foram aprovados Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021 publicados no Jornal O Dia SP, de forma física e digital, em 15/02/2022. **1.3)** Ratificar o item **B)** para : **B)** Quanto ao item "B" da Ordem do Dia, foi decidido por unanimidade que (B.1) o valor de R$ 489.124,75 (quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos) será destinado para Constituição da Reserva Legal; (B.2) o valor de R$ 2.323.342,54 (dois milhões, trezentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) serão distribuídos ao acionistas titulo de dividendos; e (B.3) o valor de R$ 6.970.027,68 (seis milhões, novecentos e setenta mil, vinte e sete reais e sessenta e oito centavos) serão transferidos para a Conta de Lucros Acumulados para futura destinação. **1.4)** Ratificar o item: **C)** Quanto ao item "C" da Ordem do Dia - Assuntos de Interesse Geral, nada mais foi tratado pelos acionistas. **Conselho fiscal:** Dispensado. **Observações finais:** 1) Ata lavrada pelo sumário dos fatos ocorridos e das decisões tomadas. **2)** Deliberações aprovadas por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **3)** Ficam arquivados na sede social da Companhia os documentos citados nesta ata. **Encerramento:** Ata lavrada, lida, aprovada e assinada para o devido registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e posterior publicação na forma da lei. São Paulo, 06 de abril de 2022. Monica Giovanna Battaglio Zanatta: Presidente da Mesa e Antônio Jacinto Calero Palma: Secretário da Mesa. **Acionistas:** 1) Grupo Empreendedor Imóveis e Participações Ltda.; 2) Monica Giovanna Battaglio Zanatta, 3) Susanna Battaglio de Paula. Esta Ata é cópia fel da Ata lavrada em livro próprio. **Monica Giovanna Battaglio Zanatta** - Presidente, **Antônio Jacinto Calero Palma** - Secretário. Visto do Advogado: Carolina Santos Pacini - Advogada - OAB/SP 271.510. JUCESP nº229.348/22-1 em 05/05/2022. Gisela Simiema Ceschin. Secretária Geral.

Zurich Airport Latin America Ltda.

CNPJ nº 28.388.260/0001-03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrativo de Resultado do Exercício

Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021 - *Em Reais*

	01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021
RECEITAS	7.469.532,35
Receitas de Serviços	(420.317,26)
(-) Impostos	**7.049.215,09**
RECEITAS LÍQUIDAS	**7.049.215,09**
LUCRO BRUTO	**7.049.215,09**
ADMINISTRAÇÃO	
Pessoal	(3.396.167,67)
Ocupação	(156.032,57)
Depreciação/Amortização	(8.953,23)
Manutenção	(903,54)
Utilidades	(18.906,53)
Serviços Profissionais	(1.486.864,70)
Comercial	(45.807,08)
Taxas e Contribuições	(21.409,28)
Despesas Gerais	(363.140,03)
Provisões	(709.240,00)
Indedutíveis	(63.176,54)
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	**(6.270.601,17)**
Equivalência Patrimonial	**6.384.312,56**
Receitas Financeiras	54.130,18
Despesas Financeiras	(51.681,86)
RESULTADO FINANCEIRO	**6.386.760,88**
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	**7.165.374,80**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(352.257,95)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**6.813.116,85**

Administrador
Johann Georg Erwin Gigl
CPF: 064.361.977-10

Contador
Delbson José Garcia
CRC: 1SP297.505/O

ARAINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 06.139.408/0001-25

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Submetemos a vossa apreciação o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração do Resultado, da Demostração do Resultado Abrangente, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo em 31/12/2021.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em Milhares de Reais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	659	908
Ativo circulante		**659**	**908**
Não circulante			
Créditos tributários	6	8.238	8.091
Imobilizado		2	-
Ativo não circulante		**8.240**	**8.091**
Total do ativo		**8.899**	**8.999**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		6	5
Impostos e contribuições a recolher		10	1
Passivo circulante		**16**	**6**
Patrimônio líquido			
Capital social	7	162.588	162.588
Prejuízos acumulados		(153.705)	(153.595)
Patrimônio líquido		**8.883**	**8.993**
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.899**	**8.999**

Demonstração do Resultado do exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em Milhares de Reais

	Nota	2021	2020
(Despesas) e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(278)	(84)
Despesas tributárias		(9)	(9)
		(287)	**(93)**
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(287)**	**(93)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		177	135
		177	**135**
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		**(110)**	**42**
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	-	(7)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(110)**	**35**

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em Milhares de Reais

	2021	2020
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(110)	35
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(110)**	**35**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em Milhares de Reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2019	**162.588**	**(153.630)**	**8.958**
Lucro líquido do exercício	-	35	**35**
Saldos em 31/12/2020	**162.588**	**(153.595)**	**8.993**
Prejuízo do exercício	-	(110)	**(110)**
Saldos em 31/12/2021	**162.588**	**(153.705)**	**8.883**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2021 e 2020 - Em milhares de reais

1. Contexto Operacional: A Arainvest Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na cidade de São Paulo - SP, que tem por objeto principal a administração de participações societárias em sociedades simples e empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. **2. Autorização para Emissão de Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de abril de 2022. **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, e no caso de ativos financeiros ou passivos financeiros, o custo histórico é ajustado para refletir a mensuração pelo valor justo, quando aplicável. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **4. Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atrib

EMBRAMACO – Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A.

CNPJ/MF nº 56.883.820/0001-23

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores Expressos Em milhares de reais)

Mensagem da Administração

Em 2021, mesmo com grandes incertezas econômicas e em meio à crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, a Companhia celebrou o melhor resultado de seus 47 anos de histórias. Com relação às pessoas, procuramos cuidar da segurança de nossos funcionários mantendo e ezlando com atenção sobre os protocolos de prevenção ao contágio pelo SARS-CoV-2, bem como na orientação de adherência as campanhas de vacinação. Durante o período da pandemia no Brasil testamos e afastamos casos suspeitos e confirmados da doença, a fim de preservar a saúde de todos e seus familiares. No âmbito industrial livemos, pela primeira vez, um atendimento ao consumo interrompido de toda nossa capacidade instalada, que hoje conta com 09 linhas de manufatura, sendo 06 delas para a fabricação de cerâmica e as demais voltadas para o porcelanato e pastilha de vidro, que somam um total de 6 milhões de metros quadrados produzidos. Em comparação ao ano de 2020, que começou com parte da nossa capacidade instalada ainda ociosa e passou por um desligamento completo do parque fabril em abril, nossa produção em 2021 superou o período anterior em 24,4%. As vendas de 2021 começaram ainda embaladas pela demanda represada do período crível no segundo semestre do ano anterior e nos três primeiros trimestres do ano a Companhia teve resultados bastante satisfatórios, atingindo um lucro líquido de 14 milhões, sendo 10 milhões referentes ao período do ano, gerando um investimento de 123,26% em nosso patrimônio líquido, no comparativo de 2021 com o ano anterior. Os últimos meses de 2021 já demonstravam que o ano seguinte não seria igual e que trariam novos desafios para mantermos o mesmo desempenho. A Companhia acredita que a diversificação de nossa carteira de marcas e nos parceria com clientes e fornecedores para manter os planos em rota e repetir, em 2022, número recorde de vendas como ocorreu em 2021 e, consequentemente, o lucro, vivemos um período de investimentos em uma nova linha de produção de porcelanatos, por volta de R$ 180 milhões, entre edificações, máquinas e equipamentos, e que pode superar a casa dos R$ 300 milhões, se somados as necessidades de capital de giro para a entrada em produção dos novos equipamentos, que deve acontecer no 1º2022 e aumentará nossa capacidade produtiva total em 14,3% e da fabricação de porcelanato em 43%. A Companhia agradece a confiança e o empenho de todos os seus funcionários, clientes, fornecedores, representantes comerciais e os demais envolvidos, que acreditam no potencial da nossa marca e de que juntos somos fortes. O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a desfechos operacionais tais como incremento da produção, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Ativo Circulante		**1.004.485**	**594.819**	**998.70**	**591.874**
Caixa e equivalentes de caixa	4	372.177	156.267	371.425	155.417
Contas a receber de clientes	5	416.379	324.251	418.857	324.251
Estoques	6	169.835	88.146	163.213	86.552
Tributos a recuperar	7	9.707	11.785	9.115	11.649
Adiantamentos a fornecedores	8	34.790	12.681	34.533	12.197
Outros ativos		1.597	1.680	1.527	1.808
Não Circulante					
Tributos a recuperar	7	15.971	4.465	15.971	4.465
Depósitos judiciais	9	34.503	18.412	34.497	18.406
Outros ativos		878	950	878	950
Total do realizável a longo prazo		**51.352**	**23.827**	**51.346**	**23.821**
Investimentos	10		10.223	4.886	
Imobilizado	11	411.131	394.943	406.360	392.813
Intangível	12	7.501	4.593	7.471	4.593
		418.632	**399.536**	**424.054**	**402.262**
Total do ativo		**1.474.469**	**1.018.173**	**1.474.070**	**1.017.757**

	Nota	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Passivo Circulante		**296.440**	**199.244**	**296.043**	**199.224**
Empréstimos e financiamentos	12	27.903	37.988	27.903	37.988
Fornecedores	13	67.024	44.211	66.801	44.211
Obrigações sociais e trabalhistas	16	3.073	2.750	3.073	2.750
Tributos a pagar	14	21.873	24.344	21.775	24.329
Imposto de renda e contribuição social	15	123.809	35.840	123.773	35.766
Obrigações sociais e trabalhistas	16	21.481	18.030	21.288	17.922
Comissões a pagar	17	16.428	12.687	16.426	12.687
Outros passivos		1.595	1.017	1.594	1.017
Não Circulante		**266.911**	**186.386**	**266.911**	**186.386**
Empréstimos e financiamentos	12	43.583	44.405	43.583	44.405
Tributos a pagar	14	2.540	2.326	2.540	2.326
Provisão de renda e CS diferidos	15.1	60.139	56.158	60.139	56.158
Provisão para processos judiciais	18	994	994	994	994
Outras contas a pagar - parte relacionadas	22.ii		5.000	-	5.000
Juros s/o capital próprio e dividendos a pagar	22.ii	159.655	77.704	159.655	77.704
Patrimônio líquido	**23**	**911.118**	**632.124**	**911.116**	**632.124**
Capital social		47.510	44.155	47.510	44.155
Reservas de lucros		781.563	502.192	781.563	502.192
Reservas de avaliação patrimonial		82.043	85.777	82.043	85.777
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		**911.116**	**632.124**	**911.116**	**632.124**
Participação de não controladores		2	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.474.469**	**1.018.173**	**1.474.070**	**1.017.757**

Demonstração do Resultado

	Nota	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Receita líquida de vendas		1.299.474	788.104	1.303.885	788.104
Custo dos produtos vendidos	20	(641.309)	(487.163)	(647.724)	(487.695)
Resultado operacional bruto		**658.172**	**300.941**	**656.161**	**300.409**
Despesas gerais administrativas	20	(34.467)	(21.127)	(34.109)	(20.995)
Despesas com vendas	20	(88.501)	(57.078)	(88.501)	(57.078)
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	5	400	(773)	400	(773)
Outras receitas/despesas/operacionais, líquidas		297	(137)	165	(226)
Resultado antes da equivalência patrimonial e resultado financeiro líquido		**535.901**	**221.826**	**534.116**	**221.333**
Receitas financeiras		11.716	4.679	11.695	3.107
Despesas financeiras		(3.379)	(4.949)	(3.379)	(4.949)
Variação cambial líquida		1.298	796	994	796
Receita (despesas) financeiras, líquidas	21	**12.635**	**(22.216)**	**12.310**	**(21.216)**
Participação nos lucros de empresas controladas por equivalência patrimonial	10		-	1.578	499
Resultado antes dos impostos		**548.149**	**199.549**	**547.919**	**199.374**
Imposto de renda e CS - corrente	15.1	(177.211)	(76.153)	(177.211)	(76.153)
Imposto de renda e CS - diferido	15.1	(3.981)	2.924	(3.981)	2.924
Resultado do exercício		**371.917**	**139.362**	**371.917**	**139.362**
Resultado do exercício atribuível a:					
Participação dos controladores		371.915	139.362		
Participação dos não controladores		2	-		
		371.917	**139.362**		

Demonstrações de resultados abrangentes

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Resultado do exercício	**371.917**	**139.362**	**371.917**	**139.362**
Resultado abrangente total	**371.917**	**139.362**	**371.917**	**139.362**
Resultado do exercício atribuível a:				
Participação dos controladores	371.915	139.362		
Participação dos não controladores	2	-		
	371.917	**139.362**		

Demonstração de mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de lucros	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		**2.841**	**448.047**	**5.008**	**89.816**		**555.504**		**555.504**
Aumento capital		5.000		(5.000)			-		-
Cisão parcial - Cibramaco		36.214	-	(62.564)	-	(26.350)	-	(26.350)	
Resultado do exercício		-	-	139.362	-	-	139.362	-	139.362
Juros sobre capital próprio	23.3	-	-	(21.959)	-	-	(21.959)	-	(21.959)
Dividendos	23.3	-	-	(14.433)	-	-	(14.433)	-	(14.433)
Reserva legal	23.3	-	6.968	(6.968)	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	23.4	-	-	3.739	-	(3.739)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		**44.155**	**6.968**	**(1.615)**	**-**	**85.777**	**632.124**	**-**	**632.124**
Aumento capital		3.354	-	-	-	3.354	-	-	3.354
Resultado do exercício		-	-	371.917	-	-	371.917	-	371.917
Juros sobre capital próprio	23.3	-	-	(26.225)	-	-	(26.225)	-	(26.225)
Dividendos	23.3	-	-	(70.054)	-	-	(70.054)	-	(70.054)
Reserva legal	23.3	-	2.534	(2.534)	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	23.4	-	-	3.734	-	(3.734)	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	2	2
Em 31 de dezembro de 2021		**47.509**	**9.502**	**272.662**	**-**	**82.043**	**911.116**	**2**	**911.118**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional: A Embramaco - Empresa Brasileira de Materiais para Construção ("Companhia" ou "Embramaco") também referida nesta demonstração como "Controladora" é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Conde Guilherme Prates, nº 382, na cidade de Santa Gertrudes, Estado de São Paulo, com atuação no mercado brasileiro de 40 anos. Tem como principal objetivo social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos em geral como pisos, porcelanatos, pódios e esmaltes. A Companhia tem participação de 99,98% e controle acionário na Tute Mineração Ltda. que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos. As demonstrações financeiras do Grupo abrangem a Embramaco e sua controlada Tute Mineração Ltda. que conjuntamente são referidas como "Grupo". **1.1 Evento Significativo: COVID 19:** A Companhia assim como em anos anteriores, monitora a evolução da pandemia de COVID-19 nos mercados nos quais opera, principalmente no que diz respeito às medidas restritivas adotadas por esses jurisdições. A Administração analisa continuamente a situação e atua para minimizar impactos nas operações e na posição financeira e econômica da companhia. Em geral, como o objetivo de implementar medidas apropriadas, garantir a continuidade das operações, proteger a saúde e melhorar a liquidez, e promover a saúde e segurança de todos. Em vista deste cenário, a Administração da Empresa revisa as expectativas de recuperabilidade de seus ativos financeiros e não financeiros na elaboração destas demonstrações financeiras, considerando as informações mais recentes disponíveis. Durante os exercícios de 2021 e 2020, não foi identificada deterioração na liquidez da Empresa e de redução do valor recuperável dos ativos naquelas data base. **2 Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 9 de maio de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que impactam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 5 – Provisão para perdas por valor recuperável ao contas a receber: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, estimativas de recuperabilidade de contas a receber. • Nota explicativa 18 – Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota 24. **2.3.1 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aquelas itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 2. **3 Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a Bases de consolidação - (i) Controladas:** As controladas são consolidadas quando controladas pela controladora diretamente, ou por meio de outras controladas, titular de direito de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderâncias nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores, exercendo influência significativa no qual tem poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, a fim de obter benefícios econômicos de suas atividades, posto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais de controladas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. *(ii) Participação de acionistas não-controladores:* Controladas e transações com participações de acionistas não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são registradas contabilizadas como transações de patrimônio líquido. *(iii) Perda de controle:* Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retiver participação na controlada anterior, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. *(iv) Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações intra grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de redução ao valor recuperável do ativo transferido. A seguir é apresentada a base de consolidação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	% de Participação 31/12/2021 Direta	Indireta	31/12/2020 Direta	Indireta
Tute Mineração Ltda.	99,98%	-	99,98%	-

b. Moeda estrangeira - *(i) Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moeda estrangeira oriundas de itens monetários são reconhecidas no resultado. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou constitutiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras e despesas financeiras do Grupo compreendem em: variações cambiais ativas e passivas, descontos obtidos e concedidos, rendimentos sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **e. Tributos - (i) Tributos sobre vendas:** As receitas de vendas de produtos estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação que podem variar de 7% a 18% e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS nas modalidades cumulativa e não cumulativa, às alíquotas de 0,65%, 3,00% e 1,65%, 7,60% respectivamente. As antecipações de vendas a fornecedores são reconhecidas no resultado. **f. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou constitutiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras e despesas financeiras do Grupo compreendem em: variações cambiais ativas e passivas, descontos obtidos e concedidos, rendimentos sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **h. Tributos a pagar:** Os tributos a pagar incluem as receitas de vendas de produtos estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação que podem variar de 7% a 18% e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS nas modalidades cumulativa e não cumulativa, às alíquotas de 0,65%, 3,00% e 1,65%, 7,60% respectivamente. As antecipações de vendas a fornecedores são reconhecidas no resultado. **i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou constitutiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões:** Ocorrem quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou constitutiva, como consequência de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **k. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir uma dívida em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de ser um preço observável ou outra técnica de avaliação que tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (nonperformance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não-financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as transações do ativo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de um ativo ou um passivo, bem como refletir o risco inerente ao ativo ou um passivo mensurado ao valor justo liver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos pelo seu preço de compra e passivos com base em preços de venda. Se o Grupo tem um ativo e um passivo de valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial e normalmente o preço da transação é o preço pago ou recebido pela entidade. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual qualquer dado não observável seja considerado insignificante em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para refletir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **l. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como circulantes se o pagamento for devido no período de 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo líquido e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **m. Contas a pagar:** Contas a pagar são obrigações de pagar por operações e investimento para aquisição de ativo imobilizado. **n. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se a contraprestação for recebida ou a receber, a receita é reconhecida quando o Grupo entrega os produtos ao cliente. A entrega não ocorre até que: **(i)** Os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; **(ii)** Os riscos de perdas tenham sido transferidos para o atacadista; **(iii)** O atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e **(iv)** As disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. Nas vendas de produtos por atacado, nos grandes home centers existe a expectativa de abatimento comercial ou rebate que surgiu como um desconto especial atrelado ao alcançamento de volume de vendas por um certo período de tempo. A receita de vendas é reconhecida líquida dessas estimativas de **vendas efetivas:** Uma série de novas normas contábeis entram em vigor mas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e sua controlada não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(i) Contratos Onerosos – *custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37):*** As alterações especificam quais custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a partir dos períodos anuais em que o ano 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram adotadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado, sem reapresentação. O Grupo determina que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 Companhia e sua controlada: • Concessões de algum benefício relacionada a COVID – 19 após 30 de abril de 2021 (alteração ao CPC 06 / IFRS 16); • Revisão anual das normas IFRS 2018 – 2020; • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27 / IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual: alterações ao CPC 15 / IFRS 3); • Classificação de Passivo Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26 / IAS 1); • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26 / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Caixa	364	364	364	364
Bancos	11.185	5.777	11.513	5.713
Aplicações financeiras	325.484	129.464	324.733	128.615
Poupança	-	-	-	-
Numerários em Trânsito - moeda estrangeira	34.941	20.529	34.941	20.529
Total	372.174	156.134	371.551	155.421

As aplicações financeiras designadas como equivalente de caixa são participações em Cédulas de Depósitos e Fundos de investimentos cuja rentabilidade média é equivalente respectivamente a aproximadamente 98,60% e 130,46% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e são resgatáveis a qualquer momento, sem penalidade.

5 Contas a receber de clientes: Os saldos de clientes são registrados pelo valor faturado e deduzidos da perda por redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Contas a receber - mercado interno	416.153	330.347	418.631	330.347
Contas a receber - mercado externo	22.622	16.700	22.622	16.700
Perda ao valor recuperável das contas a receber	(22.396)	(22.796)	(22.396)	(22.796)
Total	416.379	324.251	418.857	324.251

A composição das contas a receber por vencimento é a seguinte:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
A vencer	405.081	322.056	407.559	322.056
Vencidos				
< 30 dias	9.763	1.565	9.763	1.565
30 - 60 dias	1.076	104	1.076	104
60 - 90 dias	269	183	269	183
90 - 120 dias	195	135	195	135
> 120 dias	22.391	23.004	22.391	23.004
Perda ao valor recuperável das contas a receber	(22.396)	(22.796)	(22.396)	(22.796)
Total	416.379	324.251	418.857	324.251

Movimentação das perdas ao valor recuperável das contas a receber:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Saldo inicial	(22.796)	(22.023)	(22.796)	(22.023)
Adições	(527)	(8.491)	(527)	(8.491)
Baixas	927	7.718	927	7.718
Saldo final	(22.396)	(22.796)	(22.396)	(22.796)

6 Estoques

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Almoxarifado	5.353	2.358	5.353	2.358
Produtos acabados	8.204	10.032	8.204	10.032
Insumos	14.020	15.011	14.020	15.011
Materias-primas	52.989	31.166	52.989	31.166
Produtos acabados	88.097	33.481	81.474	32.013
Importação em andamento	177	-	177	-
Outros estoques	993	969	996	969
Total	169.835	88.146	163.213	86.552

11 Imobilizado

	Consolidado Terrenos	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ferramentas industriais	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Edifícios e instalações	Outros	Total
Imobilizado em 31 de dez de 2019	**50.323**	**212.414**	**6.684**	**76**	**239**	**391**	**1.688**	**31.135**	**297.450**
Incorporação (i)	-	82	2.416	-	-	-	500	-	2.998
Adições	-	4.781	2.084	52	55	42	3.106	1.258	11.373
Baixas	-	(813)	(332)	-	-	-	-	(1.145)	(2.290)
Depreciação baixa	-	77	171	-	-	-	-	173	421
Depreciação	-	(28.711)	(698)	(34)	(158)	(181)	(776)	(2.906)	(33.464)
31 de dez de 2020	**50.323**	**212.414**	**6.684**	**76**	**239**	**391**	**1.688**	**31.135**	**292.037**
Adições (ii)	3.794	38.000	1.819	-	-	-	7.797	209	51.619
Baixas	-	(690)	-	-	-	(88)	-	-	(778)
Depreciação baixa	-	509	-	-	-	86	-	-	595
Transferências	-	-	-	-	-	-	(14.613)	14.613	-
Depreciações	-	(29.800)	(4.574)	(35)	(186)	(190)	-	(3.940)	(38.725)
31 de dez de 2021	**54.087**	**220.677**	**6.747**	**289**	**864**	**1.811**	**23.719**	**102.444**	**305.748**

	Consolidado Terrenos e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ferramentas industriais	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Edifícios e instalações	Outros	Total
Imobilizado em 31 de dez de 2019	**50.323**	**212.414**	**6.684**	**76**	**239**	**391**	**1.688**	**31.135**	**297.450**
Aquisições	-	4.780	63	52	55	42	3.106	1.258	9.356
Baixas	-	(813)	(320)	-	-	-	-	(1.133)	(2.266)
Baixas Depreciação	-	171	173	-	-	-	-	173	517
Depreciações	-	(28.711)	(197)	(34)	(158)	(181)	(776)	(2.906)	(32.963)
Imobilizado em 31 de dez de 2020	**50.323**	**212.351**	**6.403**	**94**	**136**	**252**	**912**	**28.527**	**272.094**
Aquisições	-	38.064	1.817	76	659	313	7.198	207	48.332
Baixas	-	-	(690)	-	(88)	-	-	-	(778)
Depreciação baixa	-	-	210	-	86	-	-	-	296
Transferências	-	-	-	-	-	-	14.613	14.613	-
Depreciações	-	(29.765)	(695)	(35)	(186)	(190)	-	(3.914)	(34.785)
31 de dez de 2021	**50.323**	**220.650**	**6.295**	**135**	**607**	**375**	**22.723**	**39.333**	**319.959**

O cronograma de pagamentos dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão assim apresentados:

Empréstimos	Vencimento	Encargos	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Finame	15/01/2022	5,50 a 8,00% a.a.	311	8.830	311	8.830
Finame	25/12/2025	0,95% a 2,84% a.a.	71.075	73.563	71.075	73.563
ACC		5,50% a 6,30% a.a.	9.305	-	9.305	-
Total			71.386	82.393	71.386	82.393
	Circulante		27.803	37.988	27.803	37.988
	Não Circulante		43.583	44.405	43.583	44.405

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão assim apresentados:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Saldo inicial	82.373	89.036	82.373	89.036
Adições	31.377	16.104	31.377	16.104
(+) Provisão de juros	1.309	2.347	1.309	2.347
(-) Amortizações de principal	(40.265)	(50.014)	(40.265)	(50.014)
(-) Amortizações de juros	(1.342)	(2.528)	(1.342)	(2.528)
(+/-) Variação cambial	(1.960)	26.753	(1.960)	26.753
Saldo final	**71.492**	**82.393**	**71.492**	**82.393**

13 Fornecedores

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Controladora 2021	Controladora 2020
Nacionais	67.388	44.371	77.308	44.127
Estrangeiros	2.862	2.653	2.862	2.653
Transação com parte relacionada (22

	2020	Adições	Baixas	2021
Contingências cíveis	4	34	(32)	6
Contingências trabalhistas	790	343	(126)	957
Total	794	377	(158)	963

	Controladora			
	Resultado			
	Saldo 2019	Adições	Baixas	Saldo 2020
Contingências cíveis	82	708	(782)	8
Contingências trabalhistas	382	408	-	790
Total	464	1.116	(782)	798
	2020	Adições	Baixas	2021
Contingências cíveis	8	6	(2)	12
Contingências trabalhistas	790	343	(126)	957
Total	798	349	(128)	969

Em 31 de dezembro de 2021, além dos processos judiciais classificados com risco de perda provável, cujas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, a Companhia possui outros processos judiciais tributários classificados como risco de perda possível e/ou remota de perda no montante de R$ 1.641 para os quais nenhuma provisão foi reconhecida conforme determina as normas contábeis adotadas no Brasil. que não foram existe uma ação tributária classificada como perda possível.

19 Receita líquida de vendas: A reconciliação da receita bruta para receita líquida de vendas, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
Receita bruta de vendas	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Vendas mercado interno	1.497.218	921.024	1.501.186	926.420
Exportações diretas	81.475	37.892	81.475	37.892
Exportações indiretas	19.069	10.684	19.069	10.684
Revenda de mercadorias	4.682	1.161	4.682	1.161
	1.601.948	970.761	1.604.859	970.186
Deduções de vendas				
(-) Tributos sobre vendas	(288.278)	(173.689)	(286.860)	(173.114)
(-) Devoluções	(3.066)	(1.280)	(3.067)	(1.280)
(-) Descontos comerciais	(11.026)	(7.688)	(11.026)	(7.688)
	(302.370)	(182.657)	(300.953)	(182.082)
Receita líquida de vendas	1.299.578	788.104	1.303.886	788.104

20 Custo dos produtos vendidos e despesas: Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas são demonstrados da seguinte forma:

	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos	(641.306)	(487.163)	(647.724)	(487.895)
Com vendas	(88.501)	(57.078)	(88.501)	(57.078)
Gerais administrativas	(34.467)	(21.127)	(34.109)	(20.995)
	(764.274)	(565.368)	(770.334)	(565.772)

Abertura das despesas por natureza

Custos direto de produção				
(matéria prima e insumos)	397.940	310.474	407.365	312.064
Salários encargos e benefícios de empregados	129.229	95.747	129.229	95.400
Mão de obra e serviços de terceiros	32.561	19.364	31.677	19.220
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	75.044	48.705	74.636	48.482
Custos das mercadorias revendas	2.393	1.077	2.393	1.077
Amortização e depreciação	35.163	33.222	34.222	32.755
Outras despesas comerciais	5.649	3.421	5.649	3.421
Comissão sobre vendas	63.818	38.460	63.818	38.460
Despesas com marketing e publicidade	4.430	4.564	4.430	4.564
Despesas com transportes das mercadorias vendidas	5.497	3.976	5.497	3.976
Despesas com alugueis	58	-	58	-
Outras despesas administrativas	12.495	6.358	12.440	6.354
	764.274	565.368	770.334	565.772

21 Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro líquido findo 31 de dezembro de 2021 em comparação com 31 de dezembro de 2020, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
Receitas financeiras:	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Juros com aplicações financeiras	9.490	2.402	9.461	2.388
Ganhos com variações monetárias	1.064	400	1.064	400
Descontos financeiros obtidos	857	344	857	186
Outras receitas financeiras	307	283	307	233
	11.718	3.429	11.689	3.207
Despesas financeiras				
Encargos financeiros	(1.637)	(3.098)	(1.637)	(3.098)
Outras despesas financeiras	(1.742)	(1.851)	(1.742)	(1.851)
	(3.379)	(4.949)	(3.379)	(4.949)
Variação cambial líquida				
Clientes	2.381	5.189	2.381	5.189
Fornecedores	(432)	(417)	(432)	(417)
Empréstimos e financiamentos	1.960	(25.968)	1.960	(25.968)
	3.909	(21.216)	3.909	(21.216)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	12.248	(22.736)	12.220	(22.458)

Relatórios dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Embramaco – Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A**. *Centro Gerfoules – SP* **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Embramaco – Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações adicionais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Embramaco – Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades ética de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior - Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como comparativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 29 de abril de 2021, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por outras informações, que compreendem o Relatório da Administração Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as demais práticas contábeis aplicáveis, quando aplicáveis, as quais incluem a prática contábil adotada no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB), e pelo controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais existentes distorções relevantes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas materiais quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários dessas demonstrações financeiras com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante decorrente de fraude é maior do que o proveniente de erro, pois a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio dentro do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e dos achados significativos de auditoria, bem como das possíveis deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC JSP-027612/F.
Marcela Sette Bezerra - Contadora - CRC SP-250134/O-1.

Diretoria

Maria Esther Paralupp Rodrigues
Diretora-Presidente

Djalma Aparecido Lima
Responsável Técnico - CRC 1SP184042-04

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0000845-57.2022.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: BMG BRASIL CSC S/A. Executado: Luiz Castro de Franca. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000845-57.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA DA ROCHA E SILVA FORMOSO, na forma da lei, FAZ SABER a(s) LUIZ CASTRO DE FRANCA, Brasileiro, CPF 117.891.798-31, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por BANCO BRADESCO S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 268.778,22 (janeiro de 2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% (dez por cento) de débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, nesses autos, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de maio de 2022.
12 e 13 / 05 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1014487-13.2018.8.26.0006**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo. Requerido: Miriam de Castro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014487-13.2018.8.26.0006. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Caramuru Afonso Francisco, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Miriam de Castro (CPF: 010.398.948-96), que HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 115.296,41 (setembro de 2015), decorrente do Contrato Particular Gico Facil Pre-Fixado nº 4128-0888-93. Estando a requerida em lugar ignorado e não sendo encontrada em seu endereço fornecido, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de maio de 2022.
12 e 13 / 05 / 2022

RGB Capital Holding S.A.

Ata de Assembleia Geral Constituição da Sociedade Anônima

Data e Local: Aos 10/11/2021, às 10:00 horas, na Av. Dr. Eduardo Cotching, 1079, sala 03, bairro Vila Formosa, CEP 03356-000, Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** A totalidade dos acionistas da sociedade representando a totalidade dos subscritores do capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a comprovação da convocação prévia desta assembleia pela imprensa, conforme facultado pelo § 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Acionista Presente:** **Vera Lucia Seixas**, brasileiro, advogado, casado com regime de separação de bens, portador de cédula de identidade RG sob o nº 32.017.742-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 285.168.588-04, residente e domiciliado nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Eduardo Cotching nº 1079 Vila Formosa CEP:03356-000, *e-mail:* mvs.otavio@gmail.com, e, **Edinilson Soares de Matos**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação parcial de bens, portador de cédula de identidade RG sob o nº 27.296.221-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 270.608.418-90, residente e domiciliado nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Ipiranga, nº 45, apto 94, bloco C, Alto da Mooca, CEP:03170-010, São Paulo/SP, *e-mail:* edsm@uol.com.br. Conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença, conferido este com o Boletim de Subscrição. Iniciados os trabalhos, o Senhor **Otavio Matias Vendrame Seixas**, brasileiro, solteiro, maior, **Vendrame Seixas**, que convidou a mim, **Amadeo Botelho Machado de Campos**, para secretariar a Assembleia, o que aceitei. **Ordem do Dia: 01** - Constituição de uma companhia de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do estatuto; **02** - Subscrição e forma de integralização das ações; **03** - Eleição da sua Diretoria e respectiva remuneração; **04** - Eleição do Conselho Fiscal. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que o projeto de estatuto social, já do conhecimento de todos e cujo teor segue em apenso devidamente assinado, fazendo parte integrante e inseparável desta ata, constituindo-se dos instrumentos num todo, único e indivisível. **Deliberação:** Após a leitura do estatuto que foi aprovado por unanimidade, foi declarada definitivamente constituída a **RGB Capital Holding S.A.**, com sede na Av. Dr. Eduardo Cotching, 1079, sala 03, bairro Vila Formosa, CEP 03356-050, Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, e seu estatuto social regerá por seus artigos e demais leis e de todas as formalidades legais para este tipo societário. **Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** O capital será de 100.000 ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R$ 5,00 cada, totalizando R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e será integralizado em moeda corrente nacional, sendo que, 10% do capital deverá ser integralizado pelos acionistas fundadores e depositado em instituição financeira nacional até a data de protocolo da Ata de Assembleia Geral de Constituição, perante a JUCESP e os demais 90% no prazo máximo de 180 dias, contados da data de arquivamento do Ato Societário Comercial. Os acionistas fundadores, acima nomeados e qualificados, aprovaram também, por unanimidade, o Boletim de Subscrição em anexo I e reproduzido a seguir. Restou, estabelecido, que a subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma: O acionista **Edinilson Soares de Matos**, **Vendrame Seixas**, já qualificado, subscreve 51.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 255.000,00 e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R$ 255.000,00, equivalentes a 51% das ações subscritas; O acionista **Edinilson Soares de Matos**, já qualificado, subscreve 49.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 245.000,00 e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R$ 245.000,00, equivalentes a 49% das ações subscritas. **Eleição da Diretoria e Remuneração:** Por unanimidade foram eleitos, para o período de 02 anos, para ocupar a primeira Diretoria da companhia: **Otavio Matias Vendrame Seixas**, como Diretor-Presidente e **Edinilson Soares de Matos**, como Diretor Vice-Presidente, os quais aceitaram os cargos, tendo sido fixadas para a remuneração global anual da Diretoria a importância de até R$ 100.000,00 a ser distribuído entre eles em reunião da Diretoria. **Conselho Fiscal:** Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei o estabelece. **Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Termos de Posse da Diretoria e Conselho Fiscal:** Os diretores e membros do Conselho Fiscal ora eleitos são empossados neste ato e declararam, para os fins de direito, estarem de acordo com sua nomeação, tomando posse imediata de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas. Declararam, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Termos de Posse do Diretor e Conselho Fiscal:** Os diretores e membros do Conselho Fiscal ora eleitos são empossados neste ato e declararam, para os fins de direito, estarem de acordo com sua nomeação, tomando posse imediata de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas. Declararam, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Termo de Posse do Diretor Vice-Presidente:** Os diretores e membros do Conselho Fiscal ora eleitos são empossados neste ato e declararam, para os fins de direito, estarem de acordo com sua nomeação, tomando posse imediata de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas. Declararam, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Termo de Posse do Conselho Fiscal:** Os diretores e membros do Conselho Fiscal ora eleitos são empossados neste ato e declararam, para os fins de direito, estarem de acordo com sua nomeação, tomando posse imediata de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas. Declararam, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quer fazer uso da palavra, determinou o Presidente que se encerrasse a Assembleia, sendo suspensa a sessão e lavrada a presente ata, que, representando o sumário dos fatos, foi lida, aprovada pelos integrantes da mesa, signatários da presente ata, por todos os acionistas presentes, os quais representam a totalidade do capital social da Companhia, quais sejam: (i) Fernando José de Castro Moura; e (ii) Jorge Vital Nogueira Lopes. A presente certidão é cópia fiel da Ata lavrada no Livro das Atas de Assembleias Gerais da Companhia, neste ato autenticada pelo Presidente e Secretário da Mesa. São Paulo, 25 de Abril de 2022. **Fernando José de Castro Moura** - Presidente da Mesa/Acionista. **Jorge Vital Nogueira Lopes** - Secretário da Mesa/Acionista. JUCESP nº 229.467/22-2 em 05/05/2022.

FMI SECURITIZADORA S.A.
CNPJ 20.541.441/0001-08 - NIRE 35300467001

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS - SÃO PAULO, 21 DE JULHO DE 2015

Local, data e hora: Sede da Companhia, na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Gregorio Caetano Bernini, 1740, Conjunto 1803, Cidade Monções, CEP 04571-000, no dia 29 de junho de 2015, às 10h30min. **Presença:** Presentes dos acionistas da Companhia, os Srs. Gustavo de Carvalho Blasco e Cristobal Simão Guebara, os quais detêm e representam a totalidade do capital social, (ex "Sócios"). **Convocação:** Dispensada a convocação e a publicação pela imprensa, nos termos do §4º do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Mesa:** Como Presidente, Sr. Gustavo de Carvalho Blasco, e, como Secretário, Sr. Cristobal Simão Guebara. **Ordem do Dia:** Abertura de Escritórios de Representação e Filiais de Debêntures. **Ratificação:** **PRIMEIRO:** Os Sócios decidiram abrir escritórios de representação da Companhia na cidade de Campinas, Ribeirão Preto, Santos e Presidente Prudente, todos pertencentes ao Estado de São Paulo. Os referidos escritórios não importarão em abertura de filiais e todos os contratos necessários para a manutenção do funcionamento destes serão firmados diretamente pela Companhia, por seus diretores ou por meio de um gerente desta, que deverá, preferencialmente, fixar residência nessas localidades. **SEGUNDO:** Os Sócios decidiram realizar a primeira emissão de debêntures da Companhia, na quantidade de 130.000.000,000 (cento e trinta mil) debêntures, cada qual com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de emissão de R$ 130.000.000,000 (cento e trinta milhões de reais), com as características seguintes: **a) Debêntures:** Instituída a Assembleia Geral, a presente Companhia, nos termos da ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES, que ficará integrante desta ata, como "Anexo I", contendo 27 (vinte e sete) páginas, subscritas pelos Sócios. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo sido tratado, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que foi aprovada e vai assinada pelos presentes. **ASSINATURAS:** Como Presidente e Secretário da Assembleia, Sr. Gustavo de Carvalho Blasco, e, como Secretário e acionista, Sr. Cristobal Simão Guebara. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da companhia. São Paulo, 21 de julho de 2015. **Gustavo de Carvalho Blasco** - Presidente da Mesa, Diretor Presidente e acionista; **Cristobal Simão Guebara** - Secretário da Mesa, Diretor Executivo e acionista.

FMI SECURITIZADORA S.A.
CNPJ 20.541.441/0001-08 - NIRE 35300467001

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA AOS 06 DIAS DE MAIO DE 2021

1. Local, Data e Hora: Assembleia Geral de Acionistas, realizada junto a Sede da Sociedade por Ações, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua George Ohm, n.º 206, Torre A, 9º andar, Cidade Monções, CEP 04576-020, no dia 08 de maio de 2021, às 10h30min. **2. Presença:** Presente a totalidade de acionistas da Sociedade. **3. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da Companhia, em virtude da incontrite presença da totalidade capital social. **4. Mesa:** Como Presidente, Sr. **Gustavo de Carvalho Blasco**, e, como Secretário, Sr. **Victor Aguiar Arruda Baptista**. **5. Ordem do Dia:** Renunciam ou a totalidade dos acionistas da Companhia, sem fins de delinear, do cálculo e/ou outro, nos termos do Artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei de Sociedades Anônimas), o quanto segue: (i) A 3ª (terceira) *Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada*, da FMI SECURITIZADORA S.A., na quantidade de 500.000 (quinhentas mil), cada qual com valor unitário de R$1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e (ii) Aprovar os termos e condições estabelecidos pela *Escritura de 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada*, da FMI SECURITIZADORA S.A. **6. Deliberações:** Instaladas a Assembleia Geral, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas ou qualquer restrição: (i) Aprovar 3ª (terceira) *Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada*, da FMI SECURITIZADORA S.A., na quantidade de 500.000 (quinhentas mil), cada qual com valor unitário de R$1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e (ii) Aprovar os termos e condições estabelecidos pela *Escritura de 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada*, da FMI SECURITIZADORA S.A. **7. Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, a presente Ata foi lavrada, que foi aprovada e assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** A presente Assembleia Geral Extraordinária, será assinada por meio de assinaturas eletrônicas, nos termos do §2º, do artigo 10, da Medida Provisória nº 2200-2 de 24 de agosto de 2001, pelo Presidente, Secretário e pelos Acionistas (**ANEXO I**). A presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da companhia.

FMI SECURITIZADORA S.A.
CNPJ 20.541.441/0001-08 - NIRE 35300467001

ATA DE REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA - SÃO PAULO, 07 ABRIL DE 2020

Local, data e hora: Sede da Companhia, na Cidade de São Paulo/SP, à Rua George Ohm, 206, Torre A, 9º andar, Cidade Monções, CEP 04576-020, no dia 07 de abril de 2020, às 10h30min. **Presença:** Presente a totalidade de membros do Conselho de Administração: i) **GUSTAVO DE CARVALHO BLASCO**, brasileiro, casado, administrador, com endereço comercial na Rua George Ohm, n.º 206, Torre A, 9 Andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-020, portador da carteira de identidade RG nº 30.375.326 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob 342.506.798-29; ii) **FILIPPE RIBEIRO DA FONSECA**, brasileiro, solteiro, empresário, com endereço comercial na Rua George Ohm, n.º 206, Torre A, 9º andar, Cidade Monções, CEP 04576-020, inscrito no CPF/MF sob o nº 412.351.808-75, com endereço comercial na Rua George Ohm, n.º 206, Torre A, 9 º Andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-020; e iii) **CAROLINA DE OLIVEIRA E SILVA**, brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 27.449.031-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.967.511-56, com endereço comercial na Rua George Ohm, n.º 206, Torre A, 9 º Andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-020; e da Diretoria: i) **GUSTAVO DE CARVALHO BLASCO**, já devidamente qualificado; ii) **DANIEL MARUCCI SOARES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cedula de identidade RG nº 49.526.740-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 324.494.588-08, com endereço comercial na Rua George Ohm, n.º 206, Torre A, 9 º Andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-020; iii) **VICTOR AGUIAR ARRUDA BAPTISTA**, Brasileiro, solteiro, administrador, portador da cedula de identidade RG nº 39.153-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 474.136.298-73, com endereço comercial na Rua George Ohm, nº 206, Torre A, 9 º Andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-020; **Convocação:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. **Mesa:** Como Presidente, Sr. Gustavo de Carvalho Blasco, e, como Secretário, Sr. Felipe Hiroshi Maeda. **Ordem do Dia:** Emissão de Debêntures. **Pauta de deliberações:** Por unanimidade, foi aprovada a emissão da segunda emissão de debêntures da Companhia, na quantidade de 200.000.000,00 (duzentas mil) debêntures, cada qual com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de emissão de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), da Espécie Subordinada, Não Conversíveis em Ações, em 10 (dez) séries, para distribuição exclusiva privada, nos termos da Escritura de Segunda Emissão de Debêntures que fará parte integrante desta ata, como "Anexo I", contendo 27 (vinte e sete) páginas, subscritas pelos Sócios. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o mesmo foi encerrado com a lavratura desta ata, que foi aprovada e vai assinada pelos presentes. **ASSINATURAS:** Como Presidente e Secretário da Mesa, o Conselho de Administração Srs. Gustavo de Carvalho Blasco, Felipe Hiroshi Maeda e Carolina de Oliveira e Silva) e da Diretoria (os Srs. Gustavo de Carvalho Blasco, Daniel Marucci Soares e Victor Aguiar Arruda Baptista). Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da companhia. São Paulo, 07 de abril de 2020. **GUSTAVO DE CARVALHO BLASCO** - Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente; **Felipe Hiroshi Maeda** - Conselheiro do Conselho de Administração; **Carolina de Oliveira e Silva** - Conselheira do Conselho de Administração; **Daniel Marucci Soares** - Diretor; **Victor Aguiar Arruda Baptista** - Diretor.

Vital & Moura Participações S.A.

CNPJ/NIF: 24.979.079/0001-35 - NIRE: 35.300.492.170

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de Abril de 2022

Data, Hora e Local: Aos 25 dias do mês de abril de 2022, às 11:00 (onze horas), na sede social da **Vital & Moura Participações S.A.** (a "Companhia"), localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Nanuque, nº 413, Condomínio 51 - Sala A, Vila Leopoldina, CEP 05.302-033 Pinheiros/SP. **Presença da Mesa:** Por indicação dos presentes foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. **Fernando

Pionner-4 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 77.784.962/0001-81 - NIRE 3522738204

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 03.05.2022, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º Andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença**: totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: **Rafaella Nogueira de Carvalho Corti**, Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos**. **Deliberações Aprovadas**: d) a redução do capital social em R$ 4.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 4.000.000 de quotas, com valor de R$ 1,00 cada, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 26.481.572,00 **para** R$ 22.481.572,00; **e)** Autorizar os administradores a praticarem e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 03.05.2022. **Mesa:** Rafaella N. de Carvalho Corti - Presidente, Sigrid Amantino Barcelos - Secretária. **Sócio: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** - Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Diretora, Sigrid Amantino Barcelos - Procuradora

Living Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 16.657.987/0001-51 - NIRE 3522680751

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 03.05.2022, às 10hs, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º Andar, sala 01, parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 3.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 3.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 7.671.973,00 **para** R$ 4.671.973,00; **i)** Autorizar os administradores a praticarem e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 03 de maio de 2022. **Mesa: Rafaella N. de Carvalho Corti** - Presidente; **Sigrid Amantino Barcelos** - Secretária. **Sócio: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** - Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Sigrid Amantino Barcelos.

São José Desenvolvimento Imobiliário 58 Ltda.

CNPJ/NIRE nº 17.812.724/0001-22 - NIRE 35.231.987.336

Extrato da Ata de Reunião de Sócios em 11.05.2022

Data, hora, local: 11.05.2022, 11hs, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.400, 10º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Alberto Jorge Filho; Secretário: Mauro Cunha Silvestri. **Deliberações aprovadas:** Redução do capital social no montante de R$1.431.424,41, por considerá-lo excessivo, o qual passará **dos atuais** R$9.086.461,00 **para** R$7.655.036,59, mediante o cancelamento de 1.431.424 quotas, no valor de R$1,00 cada. Consignar que, nos termos do artigo 1.084, §1º do Código Civil, durante o prazo de 90 dias contados da data de publicação da ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social, conforme deliberada. Consignar, que a redução do capital social, somente se tornará efetiva, findo o prazo mencionado no item acima, **(i)** mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata; ou **(ii)** existindo oposição de algum credor, mediante pagamento do seu crédito ou depósito judicial de importância, conforme disposto no artigo 1.084, §2º do Código Civil, ocasião em que a sócia deverá promover a alteração do Contrato Social de forma a refletir a redução do capital social da Sociedade. Consignar, por fim, que a quantia total da redução do capital social, no montante de R$1.431.424,41, será restituída à sócia, mediante a pagamento em moeda corrente nacional. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 11.05.2022. Sócia: Construtora São José Desenvolvimento Imobiliário Ltda. por Alberto Jorge Filho e Mauro Cunha Silvestri.

Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.

CNPJ/ME nº 20.280.037/0001-28 – NIRE 35.300.482.271

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de abril de 2022

Data, Horário e Local: Aos 04/04/2022, as 09:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7º andar, sala 01, Pinheiros, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade de seu capital social. **Mesa: Presidente:** Gieize Franceschini Geaih; **Secretário:** Guilherme Tourinho Brandi. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a renúncia dos Srs. **André Kinjo Kubota** e **Carlos Alberto Nunes Zacca** aos respectivos cargos de Diretor da Companhia; e **(ii)** a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** A única acionista da Companhia, após análise e discussão das matérias propostas, decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(i) consignar** o recebimento da renúncia dos Srs. **André Kinjo Kubota**, RG nº 30.970.743-2 SSP/SP, CPF/MF nº 335.148.858-00 e **Carlos Alberto Nunes Zacca,** RG nº 3076848 SSP/PA, CPF/MF nº 633.562.282-34, aos seus respectivos cargos de Diretor da Companhia, nos termos das cartas de renúncia constantes do Anexo I ao presente instrumento; e **(ii) aprovar** a eleição do Sr. **Fabio Abreu Schettino**, RG nº 1.719.392 SSP/PA, CPF/ME nº 426.963.842-20 como Diretor da Companhia, nos termos do Termo de Posse constante do Anexo II ao presente instrumento. Após o cumprimento das formalidades legais, o Diretor ora eleito declara ter conhecimento e atender às disposições do artigo 147 da Lei das S.A. e que foi investido imediatamente em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento devidamente arquivados na sede da Companhia. Com base nas aprovações ora deliberadas, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: Srs. **Fabio Abreu Schettino** – Diretor; e **Gieize Franceschini Geaih** – Diretora; todos com mandato unificado até a data de 19/05/2023, podendo ser reeleitos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 04/04/2022. **Mesa: Gieize Franceschini Geaih** – Presidente; **Guilherme Tourinho Brandi** – Secretário. **Acionista**: **Hidrovias do Brasil S.A. Gieize Franceschini Geaih** – Diretora; **Fabio Abreu Schettino** – Diretor. JUCESP – Registrado sob o nº 218.956/22-8 em 02/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n°: **1033071-11.2016.8.26.0100**. O Dr. Celso Lourenço Morgado, Juiz de Direito da 39ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Murielly Alves Pires Franco (CPF: 015.344.171-55), que Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 284.814,97 (março de 2016), representada pelo instrumento de confissão de dívida, vencido e exigível, decorrente de ação de dívida. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado prosseguimento ao feito. Será o presente edital afixado e publicado. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de maio de 2022. 12 e 13 (5 / 2022)

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

SÃO PAULO - SP

Data do leilão: 27/05/2022 - **as: 17:30 Local: AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SÃO PAULO , SP.**

ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SPCEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/ 11/1966 e demais complementares 70/66 e 21/66 e 1017/69 e 1021/69 e 1024/69, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo imperetível de 08 (oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financeiamento, será feita através de Carta de Crédito de uma Instituição Financeira escolhida pelo interessado, com a prévia e devida análise cadastral e comprovação de renda.

A venda com utilização dos recursos do FGTS, só poderá ser efetivada através e, com prévia e devida análise de uma Instituição Financeira escolhida pelo comprador.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, para aquisição dos imóveis constantes do presente edital, deverão procurar uma Instituição Financeira com a antecedência necessária a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, que alertamos para o 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:B51692 - **CONTRATO:** 318164053442 - **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA**

ESPOLIO DE IVO FERNANDES VICTOR, BRASILEIRO(A), COMERCIARIO , CPF 762.196.748-04, CI 14367958 SSP/SP, SOLTEIRO (A) E CONJUGE, SE CASADO (A) ESTIVER.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 02, TIPO "A", LOCALIZADO NO PAVIMENTO OU ANDAR INFERIOR,

PREDIO 4-A, TIPO C, EDIFICIO EQUADOR, BLOCO 4, CONDOMINIO RESIDENCIAL NACOES UNIDAS, A AVENIDA SENADOR TEOTONIO VILELA, Nº 4287 (Nº 4029), BAIRRO DO RIO BONITO, 32º SUBDISTRITOCAPELA DO SOCORRO, EM SAO PAULO, SP, COM A AREA UTIL DE 46,40M2, AREA COMUM DE 5,505M2, TOTALIZANDO AAREA DE 51,905M2, CORRESPONDENDO-LHE A FRACAO IDEAL DE 0,051940% NO TERRENO, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 199525,33

VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 200000,00

SAO PAULO, 10/05/2022

ARY ANDRE NETO

10 - 13 - 27/05/2022

SISGRAPH Ltda.

CNPJ/NIRE nº 54.512.000/0001-07

Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 - *Valores expressos em milhares de reais (R$)*

Balanços Patrimoniais	2021	2020
Ativo/Circulante	71.893	65.127
Caixa e equivalentes de caixa	33.608	42.681
Contas a receber	25.999	8.635
Impostos a recuperar	9.806	13.365
Outros ativos circulantes	1.600	456
Não circulante	**325.398**	**307.194**
Outros ativos não circulantes	798	921
Investimento	121.294	103.129
Imobilizado	3.334	3.494
Intangível	199.952	199.650
Total	**396.411**	**372.321**
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**22.747**	**16.903**
Fornecedores	5.845	4.614
Obrigações tributárias	4.915	3.492
Obrigações trabalhistas	6.901	5.418
Arrendamentos a pagar	610	224
Adiantamento de clientes	4.476	3.155
Não circulante	**6.760**	**6.304**
Arrendamentos a pagar	6.760	6.304
Patrimônio líquido	**366.904**	**349.114**
Capital social	28.518	28.518
Ajuste de avaliação patrimonial	(46)	(46)
Reserva de capital	185.617	185.617
Reservas de lucros	152.815	135.025
Total	**396.411**	**372.321**

Demonstração dos Resultados	2021	2020
Receita líquida dos serviços prestados	91.433	66.517
Custos dos serviços prestados	(56.713)	(41.141)
Lucro bruto	**34.720**	**25.376**
Despesas		
Administrativas	(8.126)	(7.752)
Comerciais	(15.191)	(8.866)
Outras	(7.027)	(6.444)
	(30.338)	**(23.062)**
Outras receitas		
Resultado de equivalência patrimonial	15.438	17.271
	15.438	**17.271**
Lucro antes do resultado financeiro dos impostos	**19.820**	**19.585**
Resultado financeiro líquido	908	494
Lucro antes dos impostos	**20.728**	**20.079**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(2.938)	(2.440)
Lucro líquido do exercício	**17.790**	**17.639**

Demonstração dos Resultados Abrangentes	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**17.790**	**17.639**
Total do resultado abrangente do exercício	**17.790**	**17.639**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de capital	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**28.518**	**(46)**	**185.617**	**135.025**	**349.114**
Resultado do exercício				17.639	17.639
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**28.518**	**(46)**	**185.617**	**152.815**	**366.904**
Resultado do exercício				17.790	17.790
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**28.518**	**(46)**	**185.617**	**152.815**	**366.904**

As demonstrações financeiras completas, contendo Notas Explicativas e o relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Demonstrações Dos Fluxos de Caixa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**17.790**	**17.639**
Lucro líquido do exercício		
Ajustes para reconciliar o lucro dos exercícios com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.288	(1.042)
Perda (reversão) estimada em crédito de liquidação duvidosa	(38)	35
Resultado equivalência patrimonial	(15.438)	(17.271)
	3.604	**(639)**
Variação em ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em contas a receber	(17.328)	(2.926)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	3.549	275
Redução (aumento) em outros ativos circulantes e não circulantes	(1.021)	(780)
(Redução) aumento em fornecedores	1.231	1.746
(Redução) aumento em obrigações tributárias	1.423	2.515
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	1.483	1.930
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	842	300
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	1.321	1.348
	(8.500)	**4.408**
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**(4.896)**	**3.769**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(1.450)	(1.938)
Aquisições de investimentos	(2.727)	(10)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(4.177)**	**(1.948)**
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(9.073)**	**1.821**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	42.681	40.860
No fim do exercício	33.608	42.681
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(9.073)**	**1.821**

A DIRETORIA **Anderson Santos Guimarães - CRCSP: 297.917/O-0**

Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/ME nº 34.189.633/0001-01 – NIRE 35.300.538.391

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de abril de 2022

Data, Horário e Local: Aos 04/04/2022, às 15:00 horas, na sede da Companhia, na Av. Eduardo Pereira Guinle, S/N, Armazéns XII e XVII e Armazém de Sal (T-8), Bairro Doca, Santos-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a renúncia do Sr. **André Kinjo Kubota** ao cargo de Diretor da Companhia; e **(ii)** a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** A única acionista da Companhia, após análise e discussão das matérias propostas, decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(i) consignar** o recebimento da renúncia do Sr. **André Kinjo Kubota**, RG nº 30.970.743-2 SSP/SP, CPF/MF nº 335.148.858-00, ao cargo de Diretor da Companhia, nos termos da carta de renúncia constante do Anexo I ao presente instrumento; e **(ii) aprovar** a eleição do Sr. **Fabio Abreu Schettino**, RG nº 1.719.392 SSP/PA, CPF/ME nº 426.963.842-20 como Diretor da Companhia, nos termos do Termo de Posse constante do Anexo II ao presente instrumento. Após o cumprimento das formalidades legais, o Diretor ora eleito declara ter conhecimento e atender às disposições do artigo 147 da Lei das S.A. e que foi investido imediatamente em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento devidamente arquivados na sede da Companhia. Com base nas aprovações ora deliberadas, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: Srs. **Fabio Abreu Schettino** – Diretor; e **Gieize Franceschini Geaih** – Diretora; todos com mandato unificado até a data de 02/09/2023, podendo ser reeleitos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 04/04/2022. **Mesa: Gieize Franceschini Geaih** – Presidente; **Guilherme Tourinho Brandi** – Secretário. **Acionista**: **Hidrovias do Brasil S.A. Gieize Franceschini Geaih** – Diretora; **Fabio Abreu Schettino** – Diretor. JUCESP – Registrado sob o nº 218.956/22-8 em 02/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

CNPJ/NIRE 07.658.098/0001-18 - NIRE 35.300.382.846

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 06 de Abril de 2022

Aos 06/04/2022, às 10h, em reunião realizada exclusivamente por meio de videoconferência, sendo S.A. como realizada na sede social da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., localizada em São Paulo/SP, na Rua Doutor Plínio Barreto, nº 365, parte, Bela Vista, CEP 01313-020 ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Presença da única acionista da Companhia, conforme registro e assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: **Elton Hugo Carluci**; Secretária: **Bruna Menezes de Moura**. **Ordem do Dia e Deliberações:** A acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberou por unanimidade e sem reservas: **(i)** a renúncia do cargo de Diretor da Companhia, atualmente localizada em São Paulo/SP, na Rua Doutor Plínio Barreto, nº 365, parte, CEP 01313-020 *para* a Avenida Paulista, 475, 3º andar, Parte, Bela Vista, CEP 01311000, na mesma cidade. 2. Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação a partir dessa data: *"**Art. 2º** - A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 475, 3º andar, Parte, Bela Vista, CEP 01311000, e poderá instalar, alterar e encerrar filiais, atribuindo-lhes capital próprio, estabelecimentos industriais e comerciais, escritórios e depósitos em outras praças do país e do exterior, mediante deliberação da Diretoria."* 3. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme **Anexo I**. A presente Ata; **e4.** Aprovar a prática, pela Diretoria e/ou pelos procuradores da Companhia, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas acima, bem como ratificar os atos já praticados por tais pessoas para o mesmo fim. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e ninguém nem nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Art. 130, § 1º, da Lei das S.A. **Assinaturas: Mesa: Presidente**: Elton Hugo Carluci; **Secretária**: Bruna Menezes de Moura. **Acionista**: Qualicorp Consultoria e Seguros S.A. (representada por seu Diretor, Sr. Elton Hugo Carluci). A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 06/04/2022. Mesa: **Elton Hugo Carluci** - Presidente; **Bruna Menezes de Moura** - Secretária. JUCESP nº 207.870/22-5 em 26/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital nº: **0002812-46.2022.8.26.0001**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Christiene Matranogila Franco e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0012812-46.2022.8.26.0001. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CHISTIENE MATRANGOLA FRANCO, CPF 271.121.158-41, e RUBENS DA SILVA FRANCO, CPF 004.824.741-00, que por esta tramita perante a ação de Cumprimento de sentença, movida por Sociedade Beneficente São Camilo. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO para EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de 71.084,21 (02/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e seguintes do Processo Civil). Foram cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 03 de maio de 2022. 12 e 13 (5 / 2022)

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1002031-22.2018.8.26.0009**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços. Exequente: SÃO CAETANO DO SUL - UNIV. MUN. DE SÃO CAETANO DO SUL - USCS. Executado: José Guilherme Dedim da Silva. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002031-22.2018.26.0009. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional II - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Claudia Sarmento Monteleone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JOSÉ GUILHERME DEDIM DA SILVA, RG 42.043.552-5, CPF 444.063.918-60, que lhe foi ajuizada uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de SÃO CAETANO DO SUL - UNIV. MUN. DE SÃO CAETANO DO SUL - USCS, visando ao recebimento da quantia de R$ 3.363,88, relativa ao contrato de prestação de serviços educacionais, cujo montante deverá estar sendo atualizado de ser pagas de outubro a dezembro de 2015. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia inicial, no prazo de três dias úteis. Fixados os honorários em 10% sobre o valor do débito, que serão reduzidos pela metade, em caso de pagamento. No prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da própria citação, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, a executada poderá requerer autorização do juízo para pagar o restante do débito em até 06 (seis) parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, inclusive execução da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e vedação à oposição de embargos. Os eventuais embargos à execução poderão ser oferecidos no prazo de quinze dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. **Citando** que a ação tramita sob o rito do processo comum. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de maio de 2022. 12 e 13 / 05 / 2022

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 02.886.838/0001-50 - NIRE 35.300.158.903

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Abril de 2022

Data, Hora, Local: 26.04.2022, às 11h00, na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 400FR, 1º andar, São Paulo/SP. **Presenças:** Totalidade dos membros. **Mesa.** Carlos Leal Villa (Presidente) e Fernando Lima Rocha Lohmann (Secretário). **Deliberações Aprovadas:** A celebração de todo e qualquer instrumento para formalização de operação financeira a ser firmada entre a Solvi Essencis S.A. e o Banco do Brasil S.A. (5301), nos seguintes termos: **Modalidade:** Cédula de Crédito Bancário; **Prazo:** 360 dias, com pagamento mensais de capital e juros, com carência de 180 dias; **Remuneração:** CDI + juros de 2,30%; **Tarifa:** Flat fee de 1% do valor total; **Valor total:** R$20.000.000,00; **Finalidade:** Financiamento de capex; **Garantia:** Aval da Companhia; **CNPJ beneficiário:** 40.263.170/0001-83 (matriz). **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 26.04.2022. **Mesa e membros do Conselho de Administração: Carlos Leall Villa** - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração; **Fernando Lima Rocha Lohmann** - Secretário da Mesa e Conselheiro. JUCESP nº 221.451/22-5 em 04.05.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ/ME nº 42.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26.04.2022

Data, Hora, Local. 26.04.2022, às 12hs, na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 400, Galpão Fundos, Jaguaré, São Paulo/SP. **Presenças.** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa.** Carlos Leal Villa - Presidente, Fernando Lima Rocha Lohmann - Secretário. **Deliberações Aprovadas.** A celebração de todo e qualquer instrumento para formalização de operação financeira a ser firmada entre a Companhia e o Banco do Brasil S.A. (5301), nos seguintes termos: **Modalidade:** Cédula de Crédito Bancário; **Prazo:** 360 dias, com pagamento mensais de capital e juros, com carência de 180 dias; **Remuneração:** CDI + juros de 2,30%; **Tarifa:** Flat fee de 1% do valor total; **Valor total:** R$20.000.000,00; **Finalidade:** Financiamento de capex; **Garantia:** Aval Solvi Participações S.A.; **CNPJ beneficiário:** 40.263.170/0001-83 (matriz). **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 26.04.2022. **Mesa e membros do Conselho de Administração: Carlos Leall Villa** - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração; **Fernando Lima Rocha Lohmann** - Secretário da Mesa e Conselheiro. JUCESP nº 221.451/22-5 em 04.05.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Edital para conhecimento de terceiros, expedido nos autos de Interdição de Maria Tereza Pinto, requerido por Carlos Eduardo Tavares Correa Junior e outro - Processo nº 1003844-05.2023.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Erica Regina Colmenero Gonçalves, na forma da lei, etc. FAZ SABER a(o) pessoa(s) que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 11/08/2021, foi decretada a INTERDIÇÃO de Maria Tereza Pinto, CPF 687.292.987-8, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) S(r)(a). Carlos Eduardo Tavares Correa Junior, CPF 104.740.488-25. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de dezembro de 2021.

Edital para conhecimento de terceiros, expedido nos autos de Interdição de Maria de Lourdes Carvalho, requerido por Maria Esmeralda de Carvalho - Processo nº 1013637-81.2020.8.26.0004. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr. Ary Casagrande Filho, na forma da Lei, etc. Faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 14/01/2022, foi decretada a Interdição de Maria de Lourdes Carvalho, CPF 873.550.038-53, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeada como Curadora, em caráter Definitivo, a Sra. Maria Esmeralda de Carvalho. Estipuladas as restrições a seguir: Há restrição total para atos da vida negocial e patrimonial, como fazer empréstimos, conciliar, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada, praticar atos que não sejam de mera administração. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2022.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº **0404405-73.1994.8.26.0053**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDA HENRIQUES GONÇALVES ZOBOLI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO move uma Desapropriação - contra Antonio Gomes Moreira da Silva, objetivando o imóvel situado na Estrada de Ibaiecma, constante de parte dos lotes 23 e 24 da quadra "A", da Vila das Belezas, no 29º, Subdistrito Santo Amaro Distribuição: 1222/016,0060-1, Matrícula: 453.700- 11º CRI, declarados de utilidade pública conforme Decreto Municipal nº 33.609/93, objetivando a ocupação. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2022. [12,13]

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1000159-02.2019.8.26.0020**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Valdemir Aparecido dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000159-02.2019.8.26.0020. A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dra. Anna Paula de Oliveira Santos Dias Silveira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a VALDEMIR APARECIDO DOS SANTOS, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, CPF 863.293.385-07, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a quantia de R$ 808.561,17 (março de 2021), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo Capital de Giro nº 211.243.221. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora de bens nos termos dos arts. 652 e seguintes do CPC. No prazo de 15 dias, o executado poderá reconhecer o crédito e comprovar o depósito judicial de 30% do valor em execução, custas e honorários, e pagar o restante em até 6 parcelas mensais, corrig

Caixa registra R$ 3 bilhões de lucro no primeiro trimestre

A Caixa Econômica Federal registrou lucro líquido de R$ 3 bilhões no primeiro trimestre deste ano, uma queda de 3,8% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o lucro foi de R$ 3,16 bilhões. As informações foram apresentadas em balanço do banco público divulgado na quinta-feira (12).

O lucro líquido é o resultado geral da empresa, e representa basicamente a diferença entre as receitas líquidas e todos os custos e despesas ao longo de um determinado período.

A queda no lucro do trimestre está relacionada a provisão de operações de crédito vinculadas ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e ao Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Até o final do ano, o banco espera contabilizar os recursos provisionados com a execução das perdas por meio dos fundos garantidores.

"O balanço da Caixa está sendo penalizado por provisões e perdas, que serão recuperadas quando nós executarmos as garantias dos fundos garantidores do FGO, pelo Banco do Brasil, para o Pronampe. E o FGI, para o BNDES, que são os fundos que nos dão a maior parte desse aprovisionamento de volta", explicou Pedro Guimarães, presidente da Caixa.

A carteira de crédito do banco no trimestre ficou em R$ 889 bilhões, aumento de 11,2% em relação ao ano passado. Trata-se da maior carteira de crédito entres as instituições financeiras do país.

Crédito imobiliário

Líder no mercado de crédito imobiliário no Brasil, a Caixa encerrou o mês de março com R$ 34,4 bilhões em concessão de financiamento, um aumento de quase 18% na comparação com os três primeiros meses do ano passado.

O saldo total da carteira de crédito imobiliário da Caixa está em R$ 570,5 bilhões, crescimento de 10,1% em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

O número de clientes da Caixa fechou o trimestre em 148,4 milhões. Desde o final de 2018, quando o número de clientes do banco público era de 92,7 milhões, houve aumento de cerca de 55 milhões novos clientes em cerca de quatro anos. Há, atualmente, cerca de 221,6 milhões de contas ativas no banco, pelo balanço trimestral.

Agronegócio

A Caixa também destacou a forte expansão no financiamento do agronegócio no país. O banco saiu do oitavo para o segundo lugar no mercado de crédito do setor. Foram concedidos R$ 6,7 bilhões em crédito no primeiro trimestre, um crescimento de 204,6% de contratações, na comparação com igual período de 2021, e de 142,9% no saldo da carteira de financiamento.

"Somos o segundo banco no agro. Em várias das feiras que temos participado fomos o maior banco na feira, como, por exemplo, na Agrishow, em Ribeirão Preto. A maior originação foi da Caixa Econômica Federal, com R$ 3 bilhões em quatro dias, em uma feira só", destacou Pedro Guimarães.

Microcrédito

A Caixa também informou que já concedeu R$ 1,2 bilhão em microcrédito, com cerca de 1,7 milhão de contratos, liderando o segmento no país. Cerca de 370 mil contratos envolveram beneficiários do programa Auxílio Brasil. (Agencia Brasil)

STF reconhece licença de 180 dias para servidor federal pai solo

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quinta-feira (12) estender a licença-maternidade de 180 dias para pais solteiros servidores públicos federais.

O caso julgado foi específico e trata de um homem que é pai solteiro de gêmeos, frutos de fertilização artificial e de uma barriga de aluguel realizada nos Estados Unidos.

A questão chegou ao Supremo após o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) recorrer da decisão da Justiça Federal que estendeu a licença-maternidade prevista na Lei 8.112/90 ao pai dos gêmeos, que é servidor do órgão.

Pela lei, servidores têm direito à licença-paternidade de 5 dias, mas o benefício vale para casos em que o pai e a mãe cuidam dos filhos. Por cuidar sozinho dos filhos, o servidor solicitou a equiparação com a licença-maternidade.

No julgamento, prevaleceu o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, proferido na sessão de quarta-feira (11). Segundo Moraes, é inconstitucional não estender a licença ao genitor monoparental. Para o ministro, a Constituição confere proteção integral à criança e garante isonomia de direitos entre o homem e a mulher.

O voto foi seguido pelos ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e o presidente, Luiz Fux.

A decisão Corte vale somente para o caso julgado. No entanto, o entendimento definido sobre a questão deverá ser seguido em todos os processos semelhantes que tramitam no país. (Agencia Brasil)

Anvisa autoriza serviço de bordo e mantém uso de máscaras em voos

A diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou na quinta-feira (12) a flexibilização das medidas sanitárias em aeroportos e aeronaves. De acordo com o órgão, as atualizações foram feitas após a decretação do fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da covid-19.

De acordo com as novas normas, está permitida a volta do serviço de bordo, a retirada da máscara para alimentação e o retorno da capacidade máxima de passageiros no transporte para embarque e desembarque pela área remota.

A obrigatoriedade do uso de máscaras dentro do avião e nas áreas restritas dos aeroportos continua mantida, além do desembarque realizado por fileiras e os procedimentos de limpeza e desinfecção de ambientes e superfícies. O distanciamento físico continua recomendado sempre que possível.

Na quarta-feira (11), a Agência Europeia para a Segurança da Aviação (Easa) e o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças informaram que, a partir da próxima segunda-feira (16), deixam de recomendar máscaras obrigatórias em aeroportos e voos.

Em comunicado conjunto, a Easa e o ECDC afirmaram que vão "retirar a recomendação de uso obrigatório de máscaras médicas nos aeroportos e a bordo de voos". Lembram, no entanto, que "a máscara facial continua a ser uma das melhores proteções contra a transmissão" do SARS-CoV-2, especialmente para pessoas mais vulneráveis. (Agencia Brasil)

Comprovante de vacinação agora pode ser acessado offline

O Ministério da Saúde disponibilizou o acesso ao Certificado Nacional de Vacinação Covid-19 de maneira offline. Ou seja, não é mais necessário estar conectado à internet para ter acesso ao documento que, agora, pode ser salvo no smartphone do usuário.

A mais nova atualização do aplicativo Conecte SUS foi disponibilizada na quarta-feira (11), oferecendo essa opção. Assim, o usuário pode ter acesso ao comprovante a qualquer momento. A atualização é especialmente útil àqueles que já concluíram o esquema vacinal.

Após a emissão do documento, basta fazer o download (transferir arquivos de um servidor remoto para um computador local) e criar um atalho para acessá-lo. O resultado é um ícone do documento na tela inicial do Android, que pode dar acesso ao certificado sempre que necessário. O uso da atualização no sistema iOS é realizado por meio da Carteira Apple, disponível de forma gratuita no próprio smartphone que utiliza o sistema operacional.(Agencia Brasil)

Pacheco diz que momento é de "frustração de expectativa"

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avaliou na quinta-feira (12) que o momento "é de frustração de expectativas" em relação ao preço dos combustíveis no país.

"Nós tínhamos expectativas no Brasil de uma contenção no aumento dos preços dos combustíveis que não se realizou", ressaltou após receber membros do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (Consefaz).

Após o encontro, o senador defendeu não "haver vilão e mocinho nessa história" e cobrou maior participação de todos os entes federativos e da Petrobras na discussão de medidas que resultem na redução dos valores. "Ninguém quer sacrifício absoluto de ninguém, mas queremos a colaboração de todos", enfatizou.

Pacheco reconheceu a participação da União, ao tomar providências relativas à participação tributária nos combustíveis, dos estados que, desde novembro de 2021, adotaram a tarifa única. Além disso, segundo o senador, há a necessidade de a Petrobras cumprir sua finalidade social de fazer com que os combustíveis não sofram tanto reajuste de preços.

Na briga por medidas que possam aliviar o preço dos combustíveis na bomba, os secretários de fazenda argumentam que, ao adotarem o congelamento do ICMS, desde novembro de 2021, fizeram sua parte, já que a perda de receita, estimada para o ano de 2022, é de mais de R$ 30 bilhões.

Na conversa com Pacheco, uma das soluções defendidas pelo grupo foi a reformulação do sistema tributário. Nesse sentido, eles defendem a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) 110/19 que, sem consenso, está emperrada na Comissão de Constituição (CCJ) no Senado. Para os gestores, a aprovação da proposta poderia trazer uma solução com a criação de um imposto único, o imposto sobre valor agregado.

"A PEC 110 deve ser pautada no Senado nas próximas semanas, acredito que nessa semana o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, possa submeter ao crivo da CCJ a PEC 110 e, uma vez aprovada na CCJ, tem o compromisso da presidência do Senado para apreciação desta PEC", garantiu Rodrigo Pacheco.

Outro ponto defendido pelos secretários foi o Projeto de Lei (PL) 1.472, já aprovado no Senado, que está em análise na Câmara. A proposta cria um sistema de bandas de preços para limitar o reajuste dos derivados de petróleo e gás de cozinha (GLP) ao consumidor final. O texto também prevê um auxílio combustível para motoristas autônomos de baixa renda.

Segundo Pacheco, assim que o presidente da Câmara voltar de uma missão oficial ao exterior, vai intermediar uma reunião com a participação do deputado e do ministro da Economia, Paulo Guedes. "Eu acredito que é uma medida, nesse instante, muito necessária, sobretudo após o anúncio do lucro da Petrobras no primeiro trimestre, da ordem de R$ 44,5 bilhões. É evidente que os dividendos da União devem participar e contribuir para essa solução especialmente para a sociedade que mais precisa da contenção do aumento desses combustíveis", defendeu.

Pacheco também vai pedir uma reunião com o Fórum de Governadores. "Agora temos um desafio em junho, é um pedido que farei aos governadores dos estados nessa reunião, é que mantenham esse congelamento [do ICMS] em relação à gasolina para que se mantenha a lógica de uma arrecadação equilibrada e estabilizada sem se aproveitar dos aumentos do preço de combustível. Só isso já é um grande proveito da Lei Complementar 192 [que alterou a tributação sobre combustíveis], mas também cuidaremos de identificar outras medidas que possam ser tomadas além dessas, para poder resolvermos o problema dos combustíveis do nosso país", disse. (Agencia Brasil)

Pré-candidatos podem iniciar vaquinha virtual a partir de domingo

A partir do próximo domingo (15), os pré-candidatos que vão disputar as eleições de outubro estão autorizados a realizar campanha prévia de financiamento coletivo, modalidade conhecida como vaquinha virtual ou crowdfunding.

Pelas regras eleitorais, a arrecadação será feita por empresas especializadas que foram cadastradas previamente na Justiça Eleitoral.

A liberação dos recursos está condicionada ao pedido de registro de candidatura, à obtenção de CNPJ e a abertura de conta bancária.

Durante a campanha de arrecadação, os pré-candidatos não poderão fazer pedidos de votos e propaganda eleitoral antecipada.

O primeiro turno será realizado no dia 2 de outubro, quando os eleitores vão às urnas para eleger presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. Um eventual segundo turno para a disputa presidencial e aos governos estaduais será em 30 de outubro. (Agencia Brasil)

TSE e Spotify firmam acordo para combater desinformação nas eleições

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, informou na quinta-feira (12) que a Justiça Eleitoral e a plataforma de streaming de áudio Spotify firmaram acordo para combater a desinformação nas eleições deste ano. A parceria vai vigorar até o dia 31 de dezembro de 2022, após o fim do ciclo eleitoral.

Pelo acordo, o Spotify vai ajudar na identificação de páginas com fake news (notícias falsas) sobre as eleições na plataforma e também vai redirecionar os usuários até a página da Justiça Eleitoral, onde será possível obter informações de fontes oficiais sobre o pleito.

A parceria vai atuar para combater os impactos nocivos das notícias falsas, que espalham conteúdos não verdadeiros, e assim disseminar conteúdos confiáveis e oficiais sobre as eleições de 2022, disse Fachin, na abertura da sessão deliberativa da corte nesta quinta-feira.

O acordo também prevê que o TSE e os tribunais regionais eleitorais (TREs) terão um canal de comunicação exclusivo com a empresa para apontar conteúdos com possíveis notícias falsas a serem analisados.

O TSE também se compromete a disponibilizar informações e relatórios sobre o desenvolvimento das eleições que sejam importantes para o Spotify.

Fachin disse que a produção e a difusão de informações falsas e fraudulentas podem representar risco à sociedade e à democracia, além de afetar de forma negativa a capacidade do eleitor de exercer o voto consciente.

"A parceria entre a Justiça eleitoral e essa plataforma de streaming é fruto de uma busca contínua para coibir a proliferação das chamadas fake news, que têm por objetivo macular a legitimidade do processo eleitoral e a capacidade das eleitoras e eleitores de exercer o voto consciente", afirmou o ministro. "Este é mais um passo da Justiça Eleitoral para promover a paz e segurança nas eleições", acrescentou.

O ministro também divulgou o lançamento do perfil do Tribunal Superior Eleitoral na plataforma. O podcast Todo Mundo Quer Saber, disponível gratuitamente no Spotify, reúne uma série de entrevistas com o professor de direito eleitoral digital Diogo Rais.

Na sessão desta quinta-feira, o TSE analisou apenas um caso referente à cassação do mandato de José de Almeida Bandeira (PDT), eleito vereador em Tangará da Serra (MT) no pleito de 2020. Por unanimidade, os ministros confirmaram a perda do mandato por fraude no registro de candidatura.

O Ministério Público Eleitoral (MPE) pediu a cassação do mandato do vereador argumentando que, ao preencher o documento de registro de candidatura, Bandeira omitiu que estaria inelegível por oito anos, de acordo com a Lei de Inelegibilidade.

Durante a sessão, Fachin disse que a Corte deve se debruçar sobre a questão e discutir a tese de caracterização do ato fraudulento devido à omissão de informação quanto à causa de inelegibilidade. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos